

**FOLHA  
INFORMATIVA**

[www.conquistasdarevolucao.blogspot.com](http://www.conquistasdarevolucao.blogspot.com)

**EDIÇÃO  
ESPECIAL**

**ABRIL . 2024**



ASSOCIAÇÃO  
**CONQUISTAS  
DA REVOLUÇÃO**

**50  
ANOS**



**REVOLUÇÃO**  
DE **ABRIL**



---

Para melhor podermos comunicar com os nossos associados, solicitamos àqueles que ainda o não fizeram, que nos enviem o seu e-mail para [acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt](mailto:acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt)

---

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!

**Apelamo-vos, por isso, que paguem a vossa quota!**

Podem fazê-lo por transferência bancária para o **IBAN**

**PT50 0035 2178 0002 9245 6304 6** ou por depósito para a conta

da **Caixa geral de Depósitos: 2178 0292 4563 0.**

Sugere-se a visita ao site

[www.conquistasdarevolucao.pt](http://www.conquistasdarevolucao.pt) e ao blogue da Associação

[www.conquistasdarevolucao.blogspot.com](http://www.conquistasdarevolucao.blogspot.com) onde são publicados os comunicados e anunciadas as iniciativas da Associação.

**EDIÇÃO**

Associação Conquistas da Revolução

**COORDENAÇÃO**

Modesto Navarro

**E-MAIL**

[acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt](mailto:acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt)

**DEPÓSITO LEGAL**

360191/13

# O PROGRAMA DO MFA E A REVOLUÇÃO

Manuel Begonha

**O**s militares que levaram a cabo o golpe militar de 25 de Abril de 1974, não se quiseram apresentar ao povo português de mãos vazias.

Produziram um programa que acabou por se designar como o (PMFA) que era uma carta de intenções e uma mensagem de esperança, determinação e vontade aos portugueses para construírem em conjunto um país novo.

## **Ficou conhecido pelos três D.**

### **Descolonizar, Democratizar e Desenvolver.**

As medidas tomadas, como a Reforma Agrária, as Nacionalizações e o reforço da Soberania e Independência Nacionais, baseiam-se no artigo 6 de B. Medidas a Curto Prazo, daquele Programa.

- a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista.
- b) Uma nova política social que em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo mas acelerado, da qualidade de vida de todos os Portugueses."

Ainda no âmbito das Nacionalizações a da Banca, face à fuga de divisas e capitais que se verificava para o estrangeiro, foi precisado pelo" artigo 2)e) de A. Medidas imediatas

- e) Medidas que permitam a vigilância e controlo rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro."

Quanto ao reforço da Soberania e Independência Nacionais está fundamentado" artigo 7. de B.

## **Medidas a curto prazo.**

7. O Governo Provisório orientar-se-à em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, de não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação."

## **O PMFA termina**

### **"em C. Considerações finais**

2. O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios e objectivos aqui proclamados trazem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as Nações."

Este Programa foi dado a conhecer ao povo português, através das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica.

Com a ocorrência do golpe contra revolucionário de 28 de Setembro de 1974 e a queda do General Spínola que sempre se opôs a que os militares saíssem dos quartéis, estavam criadas as condições para enviar

as Forças Armadas para o terreno, juntamente com os civis, envolvidos no objetivo geral de, em conjunto, construírem a revolução, fornecendo o suporte cultural, considerado indispensável.

Em 25 de Outubro de 1974, numa conferência de imprensa na Biblioteca do Palácio Foz, foi anunciado o início das campanhas, sob a coordenação de uma direcção militar, a Comissão Dinamizadora Central (CODICE), integrada na 5ª Divisão do EMGFA, composta por nove oficiais, três de cada ramo das Forças Armadas e da Direcção Geral da Cultura Popular e Espectáculos, subordinada ao Ministério da Cultura.

Apesar do objetivo fundamental destas campanhas ser a divulgação e o esclarecimento do PMFA e consolidar progressivamente, com confiança mútua, a ligação Povo – MFA, outros objectivos foram determinados e que eram:

- » Esclarecimento sobre o acto cívico de votar.
- » Movimentar as FA nas zonas fronteiriças, como demonstração que a Revolução iniciada a 25 de Abril tinha dimensão nacional.
- » Desencorajar tentações que as houve, da Espanha franquista de intervir militarmente em Portugal, devido à existência do Pacto Ibérico.
- » Demonstrar a disciplina, coesão e capacidade das Forças Armadas, lançando no terreno, numa fase inicial, forças especiais (Fuzileiros, Comandos e Paraquedistas), bem equipadas, uniformizadas e enquadradas, para além de cadetes das Escolas Militares, nomeadamente da Escola Naval e Academia Militar.
- » Evidenciar que o MFA não era apenas constituído por oficiais, mas igualmente por sargentos e praças.

Todas as campanhas obedeciam a directivas e eram suportadas por textos de apoio, onde se registava claramente que as Forças Armadas eram rigorosamente apolíticas.

As directivas emanavam do EMGFA, General Costa Gomes e ainda ratificadas por Ramiro Correia primeiro coordenador da CODICE.

Para melhor conhecimento dos costumes, tradições, linguagem e cultura dos locais onde se previam intervenções, procedia-se a uma formação prévia dos militares, normalmente no Centro de Sociologia Militar, integrado na 5ª Divisão do EMGFA.

As Campanhas percorriam uma determinada área, dispondo de forças militares e de meios de animação cultural.

Como exemplos mais marcantes destaco:

1. Operação Distrito da Guarda (25 Nov. 7 Dez. 74)
2. Operação Nortada (Trás-os-Montes, 9-18 Jan. 75)
3. Operação Castelo Branco ( 23 Jan. 2 Fev. 75)
4. Operação Verdade (Alto-Minho, 31 Jan. 9 Fev. 75)
5. Operação Atlântida (Açores, 1 – 20 Mar. 75)
6. Operação Beira Alta (Distrito de Viseu 19 Mar. 75 – Abril. 76) Permaneceu para além do 25 de Novembro
7. Operação Maio – Nordeste (Distrito Bragança, Mai. – 8 Out. 75)

Todos cumpriram exemplarmente as suas tarefas e a eles devemos estar reconhecidos, tal como hoje aos nossos intelectuais progressistas que os seguiram e amanhã aos jovens que já desabrocham e que mantêm vivo o combate contra a cartilha fascista de falsificar a história.

As chamadas Conquistas da Revolução que levaram a uma profunda transformação de Portugal, não foram mais do que a concretização do PMFA, levada a cabo nos quatro Governos Provisórios presididos pelo General Vasco Gonçalves.

Foram também uma motivação para países ainda à procura da sua liberdade, como a Espanha e a Grécia e outros na América Latina.

Porém, começaram de imediato a incomodar a ordem capitalista controlada pelos EUA que não tardaram a tomar medidas contra – revolucionárias de apoio à contestação interna, uma vez que constituíram um profundo abalo nos interesses instituídos no tempo da ditadura de Salazar e Marcelo Caetano.

Com o golpe militar de 25 de Novembro de 1975 e a posterior extinção do Conselho da Revolução em 30 de Novembro de 1982, recrudesceram os ataques às Nacionalizações e à Soberania e Independência nacionais, liquidando umas e distorcendo ou minimizando outras.

Com a nossa entrada para a UE, aumentaram as Privatizações dos sectores básicos da nossa economia, com a respectiva venda ao estrangeiro de uma forma precipitada e desastrosa, bem como a alienação da nossa Soberania e Independência nacionais.

Verificaram-se perdas tão simbólicas como a sobreposição do direito português pelo da UE e a menorização das Forças Armadas.

Portugal para ter futuro, não se poderá transformar num protectorado da Europa, nem num coito do neofascismo.

# A ASSOCIAÇÃO CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO (ACR) E A DEFESA DOS VALORES DE ABRIL

**A ACR constituiu-se em 14 de Julho de 2011, tendo por objecto estatutário:**

*“preservar, divulgar e promover o apoio dos cidadãos aos valores de Abril e ideias da Revolução, iniciada em 25 de Abril de 1974, esse que foi o momento mais luminoso da História de Portugal, cultivando o espírito revolucionário e a consciência social progressista, com a construção de uma democracia política, económica, social e cultural amplamente participada, que a Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, viria a consagrar.”*

Batista Alves

**P**reviamente ousou pretender chamar-se “Associação Vasco Gonçalves” porque foi e é entendimento fortemente consensualizado ao longo destes quase treze anos de existência da nossa associação que, falar da Revolução de Abril é falar do derrube da ditadura fascista pelo MFA, na madrugada gloriosa do 25 de Abril de 1974 e do poderoso movimento popular revolucionário que desencadeou, responsável pelas conquistas da revolução, os ganhos civilizacionais que viriam a incorporar a CRP de 1976. E, falar disto tudo é falar de Vasco Gonçalves: antifascista, militar de Abril, um dos responsáveis pela elaboração do Programa do MFA e Primeiro-Ministro de 4 dos 6 Governos Provisórios que governaram Portugal até à tomada de posse do I Governo constitucional.

Por este mesmo motivo, no artigo 7º dos Estatutos da ACR, quisemos deixar registada a atribuição a



Nos exactos termos daquele artigo, são sócios de mérito as personalidades que pelos seus trabalhos, obras e outras actividades, dêem contribuições significativas para a realização do objecto da associação pelo que, ao longo destes quase treze anos de actividade, esta distinção foi já atribuída, a: Álvaro Cunhal (2013), Maria Lamas, José Saramago, Rosa Coutinho, Costa Martins, Ramiro Correia, Ary dos Santos (2014), José Casanova (2015), Carlos Paredes, Adriano Correia de Oliveira (2017) e Vasco da Costa Santos (2019).

Foi também já aprovado, na reunião de Direcção do passado dia 21 de Março, o envio à Próxima Assembleia Geral, das propostas de atribuição da qualidade

de sócio de mérito, a: Victor Lambert, Margarida Tengarrinha, Dinis de Almeida, Machado dos Santos, Vieira Nunes, Jaime Facão de Sousa e Manuel Martins Rodrigues, tendo sido decidido ainda assinalar os 50 anos do 25 de abril de 1974 com a atribuição desta distinção a 50 personalidades a nomear ao longo do período das comemorações, ou seja, até 2026.

Na defesa dos valores de Abril, com realizações e iniciativas muito acima do que seria expectável – a julgar pelos meios próprios – pela força da enorme adesão e generosidade de muitos, a nossa ACR foi fazendo o seu caminho, afirmando-se como uma força ineludível no movimento associativo progressista português, com a:

#### **Edição de livros**

- » “Vasco, nome de Abril”, com duas edições;
- » “Conquistas da Revolução”, com duas edições;
- » “Diário da Contra-Revolução”;
- » “100 Cravos para Vasco Gonçalves;
- » “O Novembro que Abril não merecia”  
– autor, Avelãs Nunes;

#### **Publicações diversas**

- » Cadernos de Abril, pelo Núcleo do Porto, com 6 cadernos editados;
- » Brochura “O 45º Aniversário da Revolução de Abril”
- » Folha Informativa da ACR, em princípio com periodicidade trimestral;

#### **Vídeos**

- » Vídeo “45º Aniversário do 25 de Abril”  
– realizadores, Paulo Guerra e Edgar Feldman;
- » Vídeos das sessões culturais e comemorativas;

#### **Sessões culturais temáticas e comemorativas**

- » Sessão de homenagem a Ramiro Correia, na Casa do Alentejo, em 13 de Abril de 2013;
- » Sessão de homenagem a Ary dos Santos, auditório Municipal de Gaia, em 10 de Janeiro de 2014;
- » Homenagem a Vasco Gonçalves, no Clube dos Fenianos Portuenses, em 7 de Abril de 2014;
- » Sessão de homenagem a Ary dos Santos, na Escola Superior de Desporto em Rio Maior, com a colaboração do professor Augusto Figueira, em 3 de maio de 2014;
- » Apresentação do livro “Vasco nome de Abril”, na Casa do Alentejo, em 18 de Julho de 2014,

a que se seguiram outras apresentações noutras cidades do país;

- » Congresso Conquistas da Revolução – Homenagem ao Companheiro Vasco, Primeiro-Ministro dos Trabalhadores e do Povo, no auditório do ISCTE, em 4 e 5 de Outubro de 2014;
- » Sessão de homenagem a Carlos Paredes, na Voz do Operário, em 19 de Fevereiro de 2017;
- » Homenagem a Adriano Correia de Oliveira, no auditório municipal do Barreiro, em 9 de Abril de 2017;
- » Homenagem a Carlos Paredes, no Cine-Teatro-Casa da Cultura de Rio Maior, com acção do Núcleo ACR local, em 20 de Maio de 2017;
- » Homenagem a Vasco Gonçalves e Rosa Coutinho, no Museu do Trabalho-Michel Giacometti em Setúbal, em 14 de Dezembro de 2017;
- » Cultura, Arte e Revolução, no Museu do Trabalho em Setúbal, em 14 de Dezembro de 2018;
- » Sessão solene comemorativa do 45º Aniversário do 25 de Abril, na Casa do Alentejo, em 21 de Março de 2019;
- » Tributo a Carlos Paredes, na Casa das Artes do Porto, pelo Núcleo do Porto;
- » Homenagem a Salvador Allende e aos democratas chilenos, pelo Núcleo do Porto, na Fundação Eng. António de Almeida, em 2022;
- » Homenagem a Adriano Correia de Oliveira, pelo Núcleo de Viana do Castelo, em Outubro de 2022;
- » “Ciclo de Conferências Portugal de Abril: os primeiros 50 anos”, pelo Núcleo do Porto;
- » Exposição itinerante – “Revolução dos cravos, vivências a Norte”, do Núcleo do Porto;
- » “Encontros com ...”, Frei Bento Domingues, Pizarat Correia e Martins Guerreiro, pelo Núcleo do Porto;
- » Sessões temáticas sobre as Conquistas da Revolução (CRP, Direito à Habitação, Salário Mínimo, Direito à Saúde, Nacionalizações, Reforma Agrária, Direito à Educação, Direito à Informação, Direito ao Desporto, Igualdade de Direitos, Descolonização e outros temas relacionados).



São algumas das realizações, com elevada qualidade técnica e artística, que hoje constituem um prestigiado património da nossa ACR.

Nos últimos anos, dedicámos a actividade da nossa ACR prioritariamente às comemorações do Centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves e às comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril.

#### **Em síntese, assinalámos:**

- » A constituição da Comissão de Honra e apresentação do Programa das comemorações em 15 de Outubro de 2020;
- » A Medalha comemorativa- autor, Acácio Carvalho
- » O Cartaz e imagem gráfica – autor, José Santa-Bárbara
- » A edição duma Folha Informativa especial dedicada ao centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves;
- » A edição da brochura “Quem foi Vasco Gonçalves”, com textos de Manuel Begonha e Miguel Urbano Rodrigues;
- » A exposição fotográfica sobre Vasco Gonçalves, com sessões em Lisboa, em Viana, no Porto e em várias localidades a Sul do Tejo;
- » A participação na edição do livro “Vasco Gonçalves – Eles são o que são o que são, eu sou um homem do MFA” – autor, Avelãs Nunes;
- » O Concerto em Gaia, pelo Núcleo do Porto, em 23 de Abril de 2021;
- » O Colóquio “Vasco Gonçalves – a obra e o homem”, pelo Núcleo do Porto com apoio da Câmara Municipal de Matosinhos, em 24 de Abril de 2021;
- » O descerramento da Placa toponímica na Rua Vasco Gonçalves em Telheiras, no dia 3 de Maio

de 2021, no centenário do seu nascimento, pela CMLisboa e por acção da ACR e do Presidente da Junta da Freguesia do Lumiar;

- » A Sessão convívio na nossa Sede, no dia 3 de Maio;
- » A Sessão solene comemorativa do centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves, na Voz do Operário, em 9 de Maio de 2021;
- » A Sessão Evocativa do nascimento do General Vasco Gonçalves, em 23 de Junho de 2021, no Teatro Sá de Miranda, pelo Núcleo ACR de Viana do Castelo;
- » A Conferência sobre Vasco Gonçalves, pelo Núcleo de Viana do Castelo, em 27 de Novembro de 2021, com a presença e participação dos militares de Abril: Martins Guerreiro, Pezarat Correia, Nuno Pinto Soares, Castro Carneiro e Henrique Mendonça;
- » A Sessão de Encerramento das comemorações, na Casa do Alentejo, em 3 de Maio de 2022.

**Nota:** Na “Colectânea das Comemorações do Centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves”, editada pela ACR, registam-se de forma exaustiva todas as iniciativas e intervenções realizadas.

Em 18 de Novembro de 2021, em reunião da Comissão de Honra das comemorações, foi apresentada publicamente a proposta de construção dum Monumento de homenagem ao General Vasco Gonçalves, para cuja concepção já havia sido obtida a disponibilidade do Arquitecto Álvaro Siza. O apoio unânime à proposta, desencadeou o processo imparável que nos permitiu já fazer a inauguração virtual do Monumento, em 5 de Outubro de 2023, na Alameda D.Afonso Henriques e nos fez chegar ao que temos hoje.



# ABRIL NO PRESENTE

Jorge Aires

**N**o programa de candidatura ao próximo triénio da lista presente a sufrágio na ACR e entregue a 29 de fevereiro, assinalava-se que vivemos tempos de resistência à ofensiva desencadeada contra os Valores e as Conquistas de Abril. Relembremos que com a convocação das eleições de 10 de março passado ficou sustado um processo de revisão constitucional<sup>1</sup> onde estavam em discussão propostas de revisão que substanciavam o aprofundamento da subversão do Regime herdeiro da Constituição de Abril de 1976. Foi uma batalha perdida pela direita revanchista que não desperdiça oportunidades para atacar o Regime Democrático. São tempos de resistência em que importa intensificar a luta atentos o ambiente da campanha eleitoral que antecedeu as eleições de 10 de março

e os seus resultados eleitorais. Naturalmente que o resultado das eleições de 10 de março influi na nossa capacidade de intensificar a ação na defesa da nossa Constituição da República e do Regime Democrático nela consagrado, acordámos no dia 11 de março confrontados com uma vitória das forças à direita do PS. A nova composição da Assembleia da República acrescenta dificuldades à intensificação da luta para alcançar resultados que respondam aos problemas que, no dia a dia, confrontam a esmagadora maioria do povo e à defesa do Regime Democrático. Iniciámos uma nova etapa desse combate de ancorar Abril e as Conquistas da Revolução no sentir dos portugueses<sup>2</sup> e em que os próximos momentos de referência serão, a celebração a 2 de abril do 48º aniversário da promulgação da Constituição de Abril e a 25 de Abril as comemorações populares dos 50 anos da Revolução de Abril. Comemorações celebradas por todo o País e que terão ponto alto em Lisboa com o desfile popular que descerá da Praça do Marquês ao Rossio.

Retomando o programa da lista eleita para os Órgãos da ACR, estamos comprometidos com a promo-

<sup>1</sup> [https://www.abrilabril.pt/nacional/impoe-se-cumprir-constituicao?fbclid=IwAR2EeNQtT09U9k5qa\\_Er0qxo7KfUW7SBUIQy4L0T04pS5Kat-jOX2iEMCQw8](https://www.abrilabril.pt/nacional/impoe-se-cumprir-constituicao?fbclid=IwAR2EeNQtT09U9k5qa_Er0qxo7KfUW7SBUIQy4L0T04pS5Kat-jOX2iEMCQw8)

<sup>2</sup> Título do programa de candidatura aos Órgãos da ACR



ção dos valores de Abril e o crescimento do universo de concidadãos que constituam a âncora robusta do Portugal de hoje e de amanhã, atribuindo prioridade ao desenvolvimento de iniciativas que se traduzam no rejuvenescimento progressivo do universo de associados da ACR, condição essencial à sua longevidade. Este é o nosso compromisso prioritário, a bússola estratégica da nossa atividade.

A promoção dos valores de Abril, das Conquistas da Revolução e da Constituição da República Portuguesa, insere-se na resistência contra as políticas e anseios de uma direita revanchista que disfarçadamente vem convivendo com o Regime Democrático para o socavar.

Denunciar políticas, anseios e ações contrárias ao regime herdado de Abril contarão com a solidariedade e ação pró ativa da ACR. É nesse contexto que intervimos nas atividades da Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril, em particular na Comissão de Redação do Apelo à participação no Desfile Popular, às 15 horas do dia 25 de Abril de 2024, no Marquês de Pombal em Lisboa.

A luta pela defesa do Regime Democrático assume importância acrescida quando as questões da Paz e da Guerra invadem a nossa sociedade. Se é certo que muitas são as conquistas de Abril que podem se nomeadas, é hoje essencial relevar que um dos três “D” do Programa do MFA estava intrinsecamente ligado à luta pela Paz. Em 1974, Portugal sustentava à treze anos uma guerra colonial que se desenrolava em três frentes. Por esse tempo havia forças que pretendiam fazer vingar políticas para a resolução da questão colonial que levariam à continuação da guerra por parte dos movimentos de libertação das ex-colónias. Foram as forças que mais tarde deram corpo à aliança Povo-MFA que desarticularam essas manobras, com particular destaque o “Golpe Palma Carlos” (Primeiro Ministro de 16 de maio a 18 de julho de 1974) sucedendo-lhe o II Governo Provisório liderado por Vasco Gonçalves (à data Coronel, membro da

Comissão Coordenadora do MFA e um dos autores do seu Programa). Vasco Gonçalves foi Primeiro Ministro de 18 de julho de 1974 até 19 de setembro de 1975 e foi durante os seus Governos que se realizou o essencial da Descolonização. Nesse tempo, sob o comando da “mão invisível”<sup>3</sup> e a ação/sugestão de Spínola, ao “Golpe Palma Carlos” sucederam-se o 28 de setembro da “maioria silenciosa”, a tentativa de golpe militar do 11 de março de 1975 e a sequente fuga, para o estrangeiro de Spínola e alguns dos seus colaboradores mais diretos. Viveu-se um intenso período de defesa e construção do novo regime que a 2 de abril de 1976 viu a sua consagração na Constituição da República Portuguesa (CRP) promulgada pelo Presidente da República Marechal Costa Gomes (à data General).

Hoje, as questões da Paz e da Guerra assumem renovada centralidade quando assistimos ao que se passa em Gaza e ouvimos o Presidente francês apelar ao envio de tropas da NATO para a Ucrânia<sup>4</sup> sem que o nosso Governo adote posição pública consentânea com o que a CRP prescreve. Vale a pena remeter para essa conquista de Abril que tem consagração constitucional, no Artº 7º da CRP, Portugal, em pé de igualdade com os restantes Estados e sem ingerência, está obrigado a promover a solução pacífica dos conflitos, a cooperação com todos os outros povos, a “abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.” Mesmo que invoquemos a obrigação de Portugal em termos de solidariedade europeia e transatlântica, a CRP estabelece que Portugal se empenha “no fortalecimento da ação dos Estados europeus a favor da democracia, da paz, do progresso económico e da justiça nas relações entre os povos”. Apesar do que a CRP estabelece, te-

<sup>3</sup> É terminologia que remete para Adam Smith para quem o capitalismo tudo resolveria em benefício da humanidade e aqui referenciada para assinalar que persistiam na sociedade portuguesa os monopólios e a estrutura financeira, bancos e seguradoras, herdados do regime fascista. O desmantelamento dessa estrutura monopolista só se iniciou a seguir ao 11 de março de 1975.

<sup>4</sup> <https://www.noticiasaminuto.com/mundo/2511871/envio-de-tropas-para-a-ucrania-macron-diz-que-palavras-foram-pensadas>

<sup>5</sup> Atente-se no título do programa de candidatura aos Órgãos da ACR “Ancorar Abril e as Conquistas da Revolução no sentir dos portugueses”

<sup>6</sup> Relembremos o preâmbulo da CRP de 1976, “A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.”

<sup>6</sup> <https://manifestocrp.pt/>

mos assistido à ação política de sucessivos Governos que manifestamente, a contrariam, relembremos a famigerada cimeira das Lajes em que Durão Barroso foi hospedeiro da guerra de agressão ao Iraque sustentada por informação falsa e, do mais recente, a ação de Portugal no que à Ucrânia e a Gaza respeita.

Na era nuclear, não há nada de mais errado do que admitir que a Guerra é o caminho para alcançar a Paz.

### **Lutar pela Paz é defender Abril!**

Defender Abril, confronta-nos com a necessidade de combater o revisionismo da nossa História contemporânea, o apagamento da memória e o levar Abril à nossa juventude para ampliar a dimensão humana de cidadãos que nele se reveem<sup>5</sup>. Passados 50 anos sobre o 25 de Abril de 1974, encaminhamo-nos para as “bodas de ouro” da Constituição de 1976, texto fundacional do que hoje somos como País e que, apesar das sucessivas revisões a que foi sujeito e que contrariaram propósitos da Revolução de Abril<sup>6</sup>, continua a ser uma das leis fundamentais mais progressistas da Europa e do mundo.

Conhecerão muitos dos leitores o “Manifesto – Cumprir e fazer cumprir a Constituição<sup>7</sup>”. Desse Manifesto permito-me destacar que a justa insatisfação de muitos portugueses para com o estado da democracia não resulta da Constituição, mas do seu incumprimento. A CRP protege os direitos de quem trabalha, consagra de forma inseparável direitos e deveres políticos, económicos, sociais e culturais. Quando na CRP se fala em universalidade, isso significa igualdade de todos os cidadãos no acesso aos direitos que o Estado deve assegurar, nomeadamente, Saúde, Educação, Justiça, Segurança Social e Habitação. A efetivação dos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados exige um poder político determinado em cumprir e fazer cumprir a Constituição e a adoção de políticas que se identifiquem com os seus valores e princípios. Na alínea a) do Artigo 80º da CRP estabelece-se a subordinação do poder económico ao poder político democrático mas essa subordinação tem estado invertida por quem nos tem governado. Portugal seria melhor se a Constituição fosse cumprida em plenitude por isso a ACR empenhar-se-á na ação conducente à construção da solução política que materialize um poder político determinado em cumprir e fazer cumprir a Constituição. Sucede que a luta pelo

cumprimento da CRP tem de se desenvolver mobilizando os nossos concidadãos em torno da satisfação das necessidades concretas que uma vida digna exige, daí que na ACR contribuiremos para a convergência na ação dos objetivos constantes do Apelo à participação, em Lisboa, nas Comemorações Populares do 25 de Abril de 2024 e que aqui nos dispensamos de transcrever.

Vivemos a celebração dos 50 anos da Revolução de Abril. São comemorações que se estendem até dezembro de 2026. Neste calendário a ACR desenvolverá uma miríade de atividades e, de todas elas, é incontornável destacar a Inauguração em Lisboa do monumento ao General Vasco Gonçalves, nosso patrono, um dos mais distintos militares de Abril e que, como Primeiro Ministro de 4 Governos Provisórios, recorrentemente deu a saber como entendia a noção de Pátria, entendimento que considero constituir um dos maiores contributos para a renovação do nosso sentimento de nacionalidade. por isso, o monumento ao General Vasco Gonçalves não poderia ter local de instalação mais apropriado do que a Alameda a quem foi dado o nome do fundador da nossa nacionalidade. O monumento ao “Companheiro Vasco” da autoria desse grande cidadão de Abril que é o Arquiteto Álvaro Siza, surge concebido como uma emanção da massa de cidadãos com quem se eleva e se elevam, sem messianismos, sebastianismos ou autoritarismos de caserna travestidos dessa formulação isotérica da Pátria acima de tudo e todos. Assim haveria de ser para registar a memória de quem entendia a Pátria como ela é, sendo o seu povo trabalhador.

A Casa do Alentejo entendeu participar na subscrição pública para a construção e inauguração do monumento, oferecendo-o à ACR e, por decisão da nossa Assembleia Geral reunida em sessão extraordinária de 25 de janeiro passado, a ACR doou o monumento à Autarquia de Lisboa. Essa doação foi acompanhada da proposta de implantação do monumento no topo da Alameda, em frente à entrada para o Instituto Superior Técnico, a tempo de que a sua inauguração possa ser realizada a 25 de abril de 2024 quando se comemoram os 50 anos da Revolução de Abril. O futuro próximo dirá se assim vai acontecer ou se a luta terá de continuar para que tal se realize antes de 31 de dezembro de 2026, data em que se encerram as comemorações oficiais dos 50 anos da Revolução de Abril.

<sup>7</sup> <https://manifestocrp.pt/>



# O 25 DE ABRIL E A PAZ

**Batista Alves e Costa Neves**

O século XX ficou marcado por dois grandes conflitos mundiais:

**A I Guerra Mundial**, iniciada em 28 de Julho de 1914, termina em 11 de Novembro de 1918, com a vitória dos aliados e um total de mais de 10 milhões de mortos. Para prevenir a repetição duma catástrofe de dimensões tão aterradoras, foi estabelecida em Junho de 1919, a **Sociedade das Nações**: constituiu-se como uma primeira tentativa de dotar a sociedade internacional de um mecanismo de segurança coletiva. A sua vigência

foi acidentada, não tendo conseguido prevenir o deflagrar de um novo conflito mundial, logo em 1939, apenas 20 anos depois.

**A II Guerra Mundial**, o mais brutal e sangrento conflito que a Humanidade já conheceu: morreram cerca de 60 milhões de pessoas e muitas outras ficaram feridas, estropiadas e traumatizadas.

Milhares de localidades foram destruídas e a economia e património cultural dos países envolvidos sofreram danos incalculáveis.

Como nunca será demais lembrar, o maior pesadelo da Humanidade, o lançamento das bombas atómicas sobre **Hiroshima e Nagasaki**.

Face a toda esta imensa tragédia, em Outubro de 1945 é constituída a **Organização das Nações Uni-**

**das (ONU):** a manutenção da paz, a solução pacífica dos conflitos, a igualdade entre nações, sejam elas grandes ou pequenas, e a promoção do progresso social tornam-se elementos centrais das relações entre países.

Na **Carta das Nações Unidas**, pode ler-se:

*“Os objetivos das Nações Unidas são:*

1. ...
2. Desenvolver relações de amizade entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
- 3....

## **DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS**

*Art.º 73 Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim:*

- a. *Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra qualquer abuso;*
- b. *Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento;*
- c. *Consolidar a paz e a segurança internacionais;*
- d. *Favorecer medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar entre si e, quando e onde for o caso, com organizações internacionais especializadas, tendo em vista a realização prática dos objectivos de ordem social, económica e científica enumerados neste artigo;*

- e. *Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis...”*

Perante tão auspiciosos princípios, assumidos pelas potências vencedoras e aceites de imediato por grande parte dos países, a esperança num Mundo melhor e num Mundo de Paz ganha força acrescida e os povos lançam-se à conquista de melhores condições de vida e progresso social. Nas colónias e nos países dependentes, desenvolvem-se movimentos de luta pela libertação nacional.

Em 1951, Salazar revoga o Acto Colonial e procede a uma revisão constitucional na qual as colónias passam a designar-se como Províncias Ultramarinas e o Império Colonial como Ultramar Português, dentro do conceito de um Estado pluricontinental e multirracial, do Minho a Timor. Seria esta a nova imagem que sustentaria a proposta de adesão à ONU – que viria a concretizar-se em 1953 – e viria a ser o “cavalo de batalha” da diplomacia portuguesa para furtares aos ditames da Carta das Nações Unidas, em particular ao Artigo 73.º.

E foi assim, ignorando “os ventos da história” que inexoravelmente agitavam as juventudes dos povos colonizados, desvalorizando as experiências desastrosas de outras potências coloniais que enveredaram por processos ínvios semelhantes, que o regime, com e sem Salazar, nos conduziu à situação que vivíamos em 1974:

- um país isolado da comunidade internacional;
- um país empobrecido até ao limite do concebível;
- um país envolvido numa guerra sem fim à vista;
- um país subjugado por um feroz aparelho repressivo e afastado dos avanços civilizacionais do seu tempo.

É perante este quadro negro da nossa história que os jovens capitães de Abril, decidem afrontar o regime e derrubá-lo na madrugada libertadora do 25 de Abril de 1974.

Pôr fim à guerra colonial portuguesa (1961-1974), com 8831 militares portugueses mortos, mais de 20.000 feridos e incontáveis vítimas civis, foi um dos três grandes objectivos do MFA (os três Ds do MFA: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver).

Na versão inicial do Programa do MFA (com as assinaturas da respectiva Comissão Política: Vasco Gonçalves, Victor Crespo, Carlos de Almada Contreiras, Mário Teles, Costa Braz e Victor Alves) constava:

#### “MEDIDAS A CURTO PRAZO

...

- 8.** *A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:*
- a)** *Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política, e não militar;*
  - b)** *Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;*
  - c)** *Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.*

*Claro reconhecimento do direito dos povos à auto determinação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos com efectiva e larga participação das populações autóctones.”*

...

Na versão final do Programa, apresentada ao povo português, em 26 de Abril de 1974, o 2º parágrafo da alínea c) foi suprimido (por exigência de Spínola, na própria noite de 25, aceite pela Comissão Política).

Novos países de expressão portuguesa nasceram e se afirmaram soberanamente: Guiné (proclamara já a independência em 24 de Setembro de 1973 e foi reconhecida por Portugal em Setembro de 1974); Moçambique (25 de Junho de 1975); Cabo Verde (5 de Julho de 1975); S.Tomé (12 de Julho de 1975); Angola (11 de Novembro de 1975) e Timor Leste (só viria a declarar a independência, terminada a ocupação Indonésia, em 20 de Maio de 2002).

É por tudo isto que afirmamos que o 25 de Abril foi um acto de Paz. Um acto de Paz inserido numa época

em que o Mundo assistia a uma fase de desanuviamento da chamada Guerra Fria:

Em 1968, já havia sido assinado o **Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNT)**, envolvendo os 5 países que as possuíam, na altura (EUA, URSS, RU, França e China)

Preconizava-se então também o desarmamento nuclear, universal, geral e completo.

Em 1975 foi assinada em Helsínquia, pelos governos de 35 países (entre os quais os EUA e URSS), a **Acta Final da Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa**.

Portugal subscreveu a Acta Final de Helsínquia, pela mão do então Presidente da República, Francisco da Costa Gomes.

No auge da nossa revolução de Abril, com os olhos da liberdade reconquistada, víamos a Humanidade caminhar para um promissor desanuviamento.

Vivíamos então, um sonho do tamanho do Mundo, como bem o atesta o Artigo 7º da CRP de 1976, uma conquista da Revolução, iniciada em 25 de Abril de 1974:

*“Portugal preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.”*

Faz algum sentido, hoje, no XXI século da nossa era, esta onda belicista que ameaça submergir-nos?

Todos sabemos, que a retoma do desanuviamento das relações internacionais, no sentido claramente explicitado no artigo 7º da CRP de 1976, é o único caminho para garantir Futuro a toda a Humanidade.

**É motivo de grande orgulho, quando neste “cantinho à beira mar plantado”, 50 anos depois, falar de Paz, de Liberdade, de Direitos Humanos, é ainda e sempre falar de Abril!**



# GUERRA COLONIAL/ GUERRA DE LIBERTAÇÃO

---

António Avelãs Nunes

---

**1.** Uma das pesadas responsabilidades do fascismo e dos fascistas é o prolongamento do colonialismo português e a guerra brutal imposta aos povos das colónias e ao povo português, contra a

Carta das Nações Unidas e contra os chamados ventos da História.

Concordo com os que entendem que a participação na *guerra colonial* ajudou os militares portugueses a compreender a necessidade de derrubar o fascismo e que o seu contacto com a *guerra de libertação* movida pelos povos colonizados contra o colonialismo português tornou claro, aos olhos de grande número deles, que o povo português não poderia ser livre enquanto subjugasse outros povos.

A verdade, porém, é que, na sociedade portuguesa, a questão colonial aproximava alguns sectores da chamada oposição dos pontos de vista do fascismo marcelista. Ao menos até ao Congresso de Aveiro de 1973, o PCP era a única força política que, em Portugal, defendia abertamente o direito dos povos colonizados à autodeterminação e à independência e o recurso à luta armada pelos povos colonizados contra a potência colonizadora, à luz do disposto, desde 1948, na Carta das Nações Unidas. Se não erro, a questão colonial foi uma das razões que levou à separação entre a CDE e a CEUD na última farsa eleitoral controlada pelo fascismo. Mesmo em algumas listas da CDE, houve resistência (da velha oposição republicana, mas também da ASP/PS) à inclusão do 'problema ultramarino' e da independência das colónias no programa apresentado aos eleitores portugueses.

É claro que, nas Forças Armadas (e mesmo no seio do Movimento das Forças Armadas), também havia quem não partilhasse o espírito libertador dos *homens do MFA*, cujos pontos de vista (Democratizar, Desenvolver, Descolonizar) reflectiam, no essencial, as conclusões do *III Congresso da Oposição Democrática*.

**2.** Com a vitória da *Revolução de Abril*, muitos temeram o que era inevitável: que a libertação do povo português implicasse o reconhecimento do direito dos povos das colónias à independência pela qual tinham lutado de armas na mão, como era seu direito, perante a recusa de diálogo político por parte do Portugal fascista e colonialista. A firmeza com que o MFA defendeu esta ideia tirou o sono a muita gente, que entrou em pânico.

O 25 de Abril derrubou o fascismo, mas os fascistas não desapareceram nesse dia, e muito menos desapareceram os interesses que alimentaram o fascismo e se alimentaram do fascismo: vestiram a pele do camaleão, ocuparam posições 'nos partidos democráticos', infiltraram-se nas organizações esquerdistas, mas começaram de imediato a conspirar contra o 25 de Abril, procurando dividir e dissolver o MFA, sobretudo depois que ele se afirmou como *Aliança Povo-MFA* e aceitou a opção do povo português pela construção de uma sociedade socialista, tal como viria a ser consagrado na Constituição da República de 1976.

Sabe-se agora que os spinolistas nunca quiseram

que o MFA tivesse um *programa político*: à boa maneira fascista, diziam que tinham um 'chefe' e o programa do 'chefe' era o seu programa. Sabe-se também que os *homens do MFA* escolheram Costa Gomes para assumir a Presidência da República. Mas Spínola teve ardes de ocupar o lugar que não lhe pertencia, e começou a conspirar contra Abril logo na noite de 25 de Abril, tentando tudo para impedir a instauração de uma democracia plena em Portugal: o seu programa não incluía a liberdade de acção dos partidos políticos, nem a liberdade sindical, nem a libertação dos presos políticos, nem a eleição da Assembleia Constituinte, nem a extinção da Pide-DGS. Mas o povo saiu à rua e exerceu todos os seus direitos sem pedir licença a Spínola.

Acima de tudo, Spínola não queria reconhecer o direito dos povos colonizados à autodeterminação e à independência, alimentando um 'serôdio' projecto federalista para as colónias portuguesas, completamente fora da realidade.

**3.** Segundo o que foi aprovado na importante e muito participada reunião de Cascais (5.3.1974), os generais escolhidos para liderar o processo político depois de consolidada a vitória militar teriam de aceitar o *Programa Político do MFA*. Mas a inexperiência dos jovens capitães talvez explique que, na madrugada do dia 26 de Abril, Spínola tenha conseguido retirar do *Programa do MFA* a referência ao "claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com a efectiva e larga participação das populações autóctones." Na nova redacção, o *Programa* fala apenas do "lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz", uma declaração cinzenta que não poderia ser aceite pelos movimentos de libertação.

Consolidada a revolução, a Comissão Coordenadora do MFA teve que trabalhar muito para ultrapassar as dificuldades que a emenda de Spínola levantou no processo de negociações com os movimentos de libertação das colónias portuguesas. Mas não conseguiu evitar todos os resultados desastrosos desta opção spinolista. Comparando o número de soldados do Exército português mortos em combate nas três frentes da guerra colonial em 1974, antes e depois do

25 de Abril, o Coronel Castro Carneiro chega a estes resultados (Ver "Vasco Gonçalves – A obra e o Homem", em *Etc e Tal*, 1.5.2021, disponível em <https://etcetal-jornal.pt/j/2021/05>): até ao 25 de Abril, morreram 29 militares portugueses em Angola; 45 em Moçambique; 68 na Guiné; depois do 25 de Abril: morreram 67 em Angola; 72 em Moçambique; 9 na Guiné. E a explicação é esta: ao contrário do que aconteceu em Angola e em Moçambique, o número de mortos diminuiu muito na Guiné porque, aqui, o MFA estava preparado para tomar o poder em Bissau, se o golpe de estado falhasse em Lisboa e teve força para exigir a demissão e o regresso a Lisboa do Comandante Militar na Guiné, General Bettencourt Rodrigues, adversário do 25 de Abril.

Spínola fez tudo para que fosse ele a tratar, à sua moda, pelo menos da jóia da coroa (Angola). Mas a Comissão Coordenadora do MFA não lho consentiu e chamou a si a condução do processo, agravando as tensões entre o MFA e os spinolistas (e a direita de todos os matizes).

Em Junho de 1974, Spínola ainda proclamava que Portugal não concederia de imediato a independência a nenhum dos territórios ultramarinos portugueses [como se estes territórios pertencessem a Portugal e como se Portugal fosse o 'dono' da independência dos povos colonizados], 'decretando' que tudo deveria passar-se no quadro de um processo por fases, que culminaria com a realização de um referendo para tudo decidir, sem data marcada, lá para as calendas gregas.

Como sabemos, Spínola foi derrotado mais uma vez: a Lei nº 7/74, de 27 de Julho, veio esclarecer que Portugal reconhecia o "direito dos povos à autodeterminação", proclamando a consequente "aceitação da independência dos territórios ultramarinos." E em 10.9.1974 viu-se forçado a anunciar ao País o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau.

Aproveitou a ocasião para criticar alguns aspectos do processo de descolonização e insistiu no apelo à *maioria silenciosa*, estimulando as 'massas' a "despertar e a defender-se activamente dos totalitarismos extremistas", gesto que já ensaiara em 18.7.1974, no discurso da tomada de posse do II Governo Provisório, o primeiro liderado por Vasco Gonçalves, indicado para o cargo pela Comissão Coordenadora do MFA.

Por essa altura, em conversa com o Embaixador

dos EUA Nash Scott, Galvão de Melo informou-o de que as projectadas manifestações da *maioria silenciosa* (de que ele era um dos líderes, acrescentou) visavam garantir que o processo de descolonização de Angola fosse conduzido por Spínola. Em 28 de Setembro de 1974, o povo derrotou esta 'golpada' de Spínola, apoiada por vários pequenos partidos herdeiros da União Nacional, pela banca e pelos grupos monopolistas (a fina flor do fascismo, com destaque para António Champalimaud, José Manuel de Melo, Miguel Quina, Ricardo Espírito Santo).

Apostado em travar o processo de *descolonização*, Spínola convenceu-se de que, para impor o seu projecto, tinha de se livrar dos jovens oficiais do MFA e de eliminar o próprio MFA, forçando o regresso dos militares aos quartéis. E com estes objectivos passou a vida a conspirar, como o vinha fazendo desde o primeiro dia. O 11 de Março foi a primeira tentativa de um golpe militar contra-revolucionário.

**4.** A problemática da descolonização esteve sempre presente ao longo do processo revolucionário, nomeadamente no que diz respeito a Angola. E as saudades do Império atingiram mesmo pessoas de quem não se esperava tal sentimento. O escritor Vergílio Ferreira queixou-se amargamente de que "nos desfizemos das colónias ao desbarato." Pelos vistos, para este escritor, as colónias africanas eram património nosso (*Angola é nossa*, diziam os salazarentos...), e deveríamos ter negociado a sua 'cedência' por bom preço.

O que importa, porém, é que, no dia 11.11.1975, Agostinho Neto, Presidente do MPLA, proclamou em Luanda, perante a África e perante o mundo, a independência de Angola. No dia seguinte, tomou posse como primeiro Presidente da República Popular de Angola. No discurso de investidura, sublinhou que a luta do MPLA não tinha sido contra o povo português e declarou que, a partir de então, "poderemos cimentar relações fraternas entre os dois povos."

No nosso País, Mário Soares distinguiu-se na oposição ao reconhecimento da independência de Angola e ao estabelecimento de relações diplomáticas com o Governo do MPLA. Tal como em Portugal o seu grande amigo e aliado, entre os militares, foi António de



Spínola, em Angola o seu aliado foi Jonas Savimbi (que foi também aliado da PIDE na luta contra o MPLA e aliado da África do Sul do *apartheid*).

Com base na informação muito bem documentada que colhi em Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá (*Carlucci vs. Kissinger – Os EUA e a Revolução Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Out/2008, 362-375), posso afirmar que, no início de Janeiro de 1976, o Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo disse ao Senador George McGovern, de visita a Portugal, esta coisa espantosa: “a política do governo português para Angola vai ser determinada pelo que os Estados Unidos fizerem.”

Poucos dias depois, foi a vez de Mário Soares dizer a Carlucci que considerava “um ultraje” o ponto de vista de Melo Antunes (então Ministro dos Negócios Estrangeiros) segundo o qual o MPLA era “a força com mais probabilidade de garantir uma Angola independente e democrática.” Ao mesmo tempo, aproveitava para denunciar perante o “embaixador da CIA” (assim era conhecido Carlucci) pressões de Costa Gomes, Melo Antunes e Vítor Crespo no sentido do reconhecimento da República Popular de Angola e do Governo do MPLA.

No final daquele mês de Janeiro de 1976, Mário Soares defendeu junto de Kissinger que “será extremamente grave para outros países – e para o mundo ocidental em geral – se Portugal reconhecer o MPLA.” Garantiu, por isso, que o PS tudo faria para que tal não acontecesse, incluindo no Governo, através do Secretário de Estado Medeiros Ferreira. *Em Nota Diplomática* enviada para Washington em 17.2.1976, Carlucci faz esta síntese “em cada nova ofensiva [sobre este assunto] Soares consulta-nos por sua própria iniciativa. (...) Soares e o PS bloquearam o reconhecimento do MPLA desde a independência, em 11 de Novembro, (...) mas Soares está a combater uma batalha perdida.”

**5.** E Soares acabou mesmo por perder a batalha: em 23 de Fevereiro de 1976, Portugal reconheceu, finalmente, a independência de Angola. Para nossa vergonha, fomos o 82º Estado a fazê-lo, depois de vários países europeus, entre os quais a França, RU, RFA, Dinamarca, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça. Razão inteira tinha o General

Vasco Gonçalves quando comentava, referindo-se a gente como Mário Soares: “o que mais me espanta nestes tipos é a falta de patriotismo.”

Em trabalhos que têm vindo a publicar, os Generais Pezarat Correia e Franco Charais deixam claro que, na sua opinião, o verdadeiro objectivo da direita no 25 de Novembro era o de “suspender as actividades da Assembleia Constituinte e evitar a independência de Angola.”

E, na sua análise sobre o 25 de Novembro, o jornalista Miguel Carvalho refere Ferreira Torres e o Cónego Melo entre os que se sentiram traídos, porque “os mentores e os operacionais do 25 de Novembro de 1975” lhes teriam prometido “não entregar Angola ao MPLA e ilegalizar o PCP.” Estas ‘traições’ ajudam certamente a explicar o facto de as acções terroristas mais violentas e sanguinárias das forças contra-revolucionárias aglutinadoras das várias direitas terem sido praticados depois do 25 de Novembro de 1975, sobretudo em Abril/Maio de 1976. A ‘guerra colonial’ durou até então.

**6.** Hoje, podemos dizer que a descolonização é, provavelmente, a única conquista irreversível da *Revolução de Abril*. Nós dizemos *25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!* Mas a democracia nunca é uma conquista definitiva: temos de a defender todos os dias. E o fascismo anda por aí a rondar, agora designado, pudicamente, de *populismo* (*fascismo escondido com o populismo de fora*). A descolonização, essa, está feita, sem retorno!

O grande mérito é o dos povos que venceram a *guerra de libertação* que foram forçados a fazer. A nós, portugueses, resta-nos aceitar a nossa História por inteiro, com as suas grandezas e as suas misérias. E não perder a memória, para não repetir os mesmos erros. E festejar o facto de a libertação das colónias africanas ter permitido também a nossa libertação. E ter ajudado a derrotar o criminoso regime do *apartheid* na África do Sul. Agora, temos de derrotar o *apartheid genocida* praticado por Israel contra o povo palestiniano. Esta é, sem dúvida, uma luta pelos valores de Abril!

# REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NO PORTUGAL DE ABRIL



*"...a compreensão geral da crise que atravessamos, terá de ir buscar-se à intensa luta de classes hoje vivida neste País". Vasco Gonçalves, 20/8/75\**

---

**Jorge Sarabando**

---

**1** Nas elites do Regime fascista, sobretudo depois da morte de Salazar, foi-se ampliando a ideia de que era preciso iniciar uma abertura política, ainda que muito limitada, e reduzir as operações militares em África, através de soluções gradativas que permitissem assegurar o controlo da situação.

O dilema era, pois, seguir a opção de "alguma coisa mudar para tudo ficar na mesma", ou a de evitar qualquer cedência por mínima que fosse, sob risco do Regime se desmoronar, e foi esta a linha adoptada por Marcelo Caetano, depois dalguma retórica liberalizante com que iniciou o seu mandato. De facto, continuou a censura, a repressão policial e a guerra.

Como ruptura já esperada, o 25 de Abril seria tolerável para os círculos liberais que se iam distanciando do Governo de Caetano, se ficasse por um Golpe de Estado, como se fora um render da guarda no poder político. Mas, face à envergadura da acção militar, a

emergência do MFA com a sua força, unidade e linha de comando e a envolvente de massas, algumas mudanças se teriam de aceitar, para preservar o essencial, e o essencial era o poder do grande capital e um Governo revestido de autoridade que o servisse, e o controlo das colónias.

**2.** Assim se entende que o novo Presidente da República, general Spínola, com fortes ligações ao poder económico dominante, acolitado por uma corte de fiéis, depois de ter feito emendas no Programa do MFA, tenha tentado, num primeiro momento, evitar o reconhecimento dos partidos e a libertação de todos os presos políticos, que a PIDE/DGS continuasse em funções, bem como prosseguir o esforço de guerra, de modo a ganhar tempo para soluções neo-coloniais.

**3.** No entanto, a evolução no terreno das frentes de combate viria a obrigar Spínola a reconhecer, em Julho de 74, o direito à auto-determinação e independência dos territórios ultramarinos, o que teve consequências imediatas, conseguindo diferir para mais tarde o caso de Angola, verdadeira "joia da coroa".

**4.** A contra-revolução ensaiou então a via caudilhista, visando o adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte e uma antecipação da eleição presidencial, de que Spínola era o candidato natural, numa reprodução do que acontecera com Sidónio Pais, em 1918, e o general Carmona, em 1928, através das eleições directas que convocaram.

A proposta de adiamento das eleições constituintes e antecipação das presidenciais, assumida pelo Chefe do 1º Governo Provisório, Palma Carlos, foi derrotada em Conselho de Ministros e em Conselho de Estado, em Julho de 74, o que levou à sua queda, e seria mais tarde incluída na Mensagem ao País que Spínola não teve tempo de ler em 11 de Março de 75, por se ter posto em fuga para Espanha, na sequência do falhado golpe militar.

A eleição da Assembleia Constituinte no prazo de um ano era um firme compromisso do MFA, reiterado pelo novo Presidente da República, general Costa Gomes.

**5.** Inseriu-se na acção contra-revolucionária o propósito de dissolver o MFA, que se mostrava ainda coeso e que indicara para Primeiro-ministro do 2º Governo Provisório o então Coronel Vasco Gonçalves, membro da sua Comissão Coordenadora. Foi esse o objectivo do chamado Documento Hugo dos Santos, destinado a recolher assinaturas na oficialidade, mas logo travado no início.

**6.** Outra tentativa de controlo do poder político por Spínola viria com a manifestação da "maioria silenciosa", que visava reforçar os seus poderes e demitir o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves. A acção golpista, marcada para 28 de Setembro, viria a fracassar, pela mobilização popular, a firmeza do MFA e a actuação do então Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Costa Gomes.

**7.** Spínola demitiu-se dois dias depois, sendo substituído por Costa Gomes, e desde logo começou a conspirar para o golpe de 11 de Março, que viria a falhar, obrigando-o, e à sua corte de fiéis, a fugir para Madrid. À sombra da ditadura de Franco formou o MDLP que, a par do ELP, fundado pelo ex-Sub-director geral da PIDE Barbieri Cardoso, da Rede Maria da Fonte, os separatistas da Madeira e Açores, e outras organizações reais ou fictícias, constituíram uma rede terrorista. Com largos apoios financeiros, internos e externos, reunia antigos pides e legionários, mercenários, ex-colonos inconformados e outros, pagos para levarem a violência ao nosso País.

**8.** Na sequência do 11 de Março, o Governo e o CR tomaram medidas para defender a economia e consolidar o poder político, tendo sido assinado o 1º Pacto MFA-Partidos.

**9.** A via caudilhista, com sucessivos revezes, foi abandonada e substituída por um discurso, inicialmente ainda difuso, de regresso à "pureza do espírito do 25 de Abril" e da liberdade, ameaçada por uma nova ditadura, agora "comunista" e de inspiração soviética. Esta inflexão coincidiu com a chegada do embaixador Frank Carlucci, diplomata ex-

perimentado na contenção e reversão de processos revolucionários e futuro Director da CIA.

O grande capital monopolista, embora desapaixado de parte dos seus recursos, e agora sem um ponto de apoio seguro em qualquer um dos órgãos de poder, continuou a agir nos planos legal e ilegal, articulando a influência institucional e a acção violenta.

**10.** A aliança Povo-MFA era a expressão política de uma vasta frente social anti-monopolista e a sua acção revelou-se decisiva no avanço do processo revolucionário e na construção da democracia. Quebrar a aliança, dividir o MFA e dividir o movimento popular tornou-se um desígnio estratégico do grande capital e do imperialismo, visando travar a revolução ou, se necessário e possível, destruí-la. Era imperioso formar uma outra aliança política capaz de travar o curso dos acontecimentos, reduzir a base social de apoio da Revolução, procurando afastar as camadas intermédias e as faixas mais conservadoras da população em relação às classes trabalhadoras.

**11.** O resultado das eleições constituintes viria a oferecer uma linha de fractura, se opuzesse uma maioria eleitoral à dinâmica revolucionária. A direita, pela voz de Freitas do Amaral, proclamou que havia uma "maioria democrática", somando os votos do PS, PPD e CDS. Mas a maioria que funcionou não foi essa, foi outra, fruto do movimento popular, diverso e pujante, que aprovou os artigos da Constituição, com o voto de todos os partidos e a oposição solitária do CDS. Os artigos mais avançados e de marca revolucionária iriam ser, anos mais tarde erradicados, nas Revisões de 82 e 89, aí sim, por iniciativa do PS e do PSD, que reuniam os 2/3 de votos necessários.

**12.** Com pretexto nos casos do jornal República e da Rádio Renascença, tomados pelos trabalhadores, o PS organizou então manifestações de norte a sul, em que se acobertava toda a direita, incluindo a mais extremada, em oposição ao 4º Governo, presidido por Vasco Gonçalves, e martelava a ideia de que uma ditadura comunista estava a caminho. Também alguns Bispos católicos convoca-

ram manifestações anti-comunistas, que terminavam por vezes no cerco e assalto às sedes do PCP e outros partidos de esquerda. Pouco interessavam a veracidade e a consistência das acusações, o que importava era fazê-las e repeti-las.

**13.** Os objectivos à direita eram claros: numa primeira fase afastar o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves – foi então inventado o termo "gonçalvismo" –, os comunistas e outras forças de esquerda da esfera do poder, e dividir o MFA. Todos os meios foram empregues pelo grande capital ainda movente e o Governo norte-americano com seus aliados europeus da NATO, onde se destacavam dirigentes da social-democracia, com tal finalidade. Bastará ler os diálogos de Kissinger e Carlucci entretanto publicados, embora semeados de rasuras omissórias.

**14.** A acção contra-revolucionária procurou enfraquecer o Governo e devastar a economia. Promovia a sabotagem económica e a fuga de capitais, o encerramento de empresas pela descapitalização e o abandono pelo patronato, provocou a instabilidade e o descrédito das instituições no quadro de uma escalada de insegurança e tensão, procurou dominar a comunicação social, semeou notícias alarmistas, animou e utilizou os boicotes externos, fomentou as divisões entre chefias militares, aproveitou a pressão terrorista, dificultou a coordenação dos centros de decisão e, ao mesmo tempo, financiou organizações sociais divisionistas. Nada de novo que já não tivesse sido experimentado noutros teatros de operações, mas que houve de adaptar às circunstâncias e ao perfil dos actores no terreno. A actuação de grupos esquerdistas, com destaque para os maoístas, usando uma linguagem agressiva, exacerbando tensões, criando a imagem de caos, servia bem esta estratégia. O que nada tem a ver com a radicalidade de um tempo histórico em que o povo, durante décadas oprimido, descobria os caminhos da sua libertação.

**15.** É neste quadro que se insere a acção da rede terrorista, que se iniciou em Maio de 75 e terminaria em Abril de 77, num total de 566 acções.

A maior parte dos assaltos, simulando um levantamento popular, ocorreu entre Julho e Setembro de 75, os atentados bombistas intensificaram-se até Maio de 76. Apesar dos esforços da PJ, foram poucos os autores morais e materiais condenados face à extensão e natureza dos crimes cometidos.

**16.** O golpe de 25 de Novembro acabou com o período mais criador da Revolução. Um período em que a Banca foi nacionalizada para enfrentar a fuga de capitais, em que o Estado e os trabalhadores intervieram em centenas de empresas, para combater a sabotagem económica e salvar postos de trabalho. Um período de florescimento cultural, de progressos na Educação, com o alargamento da escolaridade, a gestão democrática das escolas, o Serviço Cívico, na Saúde, com o Serviço Médico à periferia, na Habitação, com o investimento na habitação social. Um período em que foi realizada a Reforma Agrária, criadas as leis do Arrendamento Rural e dos baldios. Em que foram reconhecidos e ampliados os direitos laborais, criada a Segurança Social Pública, entre outras leis progressistas, mais tarde incorporadas na Constituição. Foi o tempo em que acabou a guerra colonial, foi feita a descolonização nas terríveis condições legadas pelo fascismo, em que foram acolhidos e integrados mais de meio milhão de portugueses vindos de África.

**17.** O 25 de Novembro foi um golpe de direita que não foi tão longe quanto os seus urdidores pretendiam. Meticulosamente preparado no plano militar, procedeu à transferência em segredo das barras de ouro do Banco de Portugal para o Porto, e preparou a deslocação para esta cidade do Governo e da Assembleia Constituinte. Foi redigida em sigilo uma resolução, a aprovar pelo PS e PPD, em que a Assembleia ganharia novos poderes e seria extinto o Conselho da Revolução. A norte ficaria o comando das forças que deveriam cercar e vencer a inventada "Comuna de Lisboa". O seu objectivo era provocar um banho de sangue e esmagar as forças de esquerda. Não conseguiram. A convergência de democratas e patriotas, no limite, evitou o pior.

**18.** Apesar do insucesso parcial da direita, o 25 de Novembro foi uma tragédia para a Revolução. Mais de uma centena de militares, incluindo destacados "capitães de Abril", foram presos, muitos outros viram a sua carreira desfeita, centena e meia de profissionais da comunicação social foram afastados. Os saneamentos à esquerda multiplicaram-se. A direita militar recuperou o seu poder. Mas o Governo manteve-se inalterável e a Constituinte prosseguiu os seus trabalhos. Apesar das tentativas de a submeter a referendo, a Constituição seria promulgada pelo Presidente da República, em 2 de Abril de 76.

**19.** Quando o ano de 75 chegou ao fim a economia mostrava-se robusta, como atestavam especialistas do MIT, a Banca nacionalizada e as empresas públicas funcionavam com eficácia.

A contra-revolução legislativa iniciou-se, apesar dos limites constitucionais, com o 1º Governo Constitucional, do PS, a partir de Julho de 76, mas o início da ofensiva contra a Reforma Agrária teve de esperar por Novembro, quando o ministro Lopes Cardoso foi substituído por António Barreto.

Iniciou-se o processo de recuperação capitalista e foi removido da Constituição o princípio da irreversibilidade das nacionalizações. Portugal aderiu em 85 à hoje designada União Europeia e depois ao Euro, donde resultaram perdas para a economia e o desenvolvimento, e abdições de soberania.

**20.** Com o processo das privatizações, o domínio do grande capital foi reconstituído, o controlo público da economia foi limitado e os ditames do neo-liberalismo impuseram-se. Agora são os "mercados" quem mais ordena e ao povo cabe pagar os desmandos da Banca privada.

É por isso vital o cumprimento da Constituição, que determina, no art.80º, o princípio da subordinação do poder económico ao poder político. Por aqui passa uma fronteira da democracia.

*\* Discurso na posse dos Secretários de Estado do V Governo Provisório.*



# SAÚDE

## O ANTES E O DEPOIS DO 25 DE ABRIL. DEFESA DO SNS

**Aguinaldo Cabral (\*)**

**A**ntes do 25 de Abril de 1974, Portugal apresentava os piores níveis de Saúde da Europa, próprios de um país subdesenvolvido. Aliás, as muito elevadas taxas de morbilidade e mortalidade infantis colocavam-no na categoria de “país não civilizado”. Outros indicadores de saúde da população, pouco fiáveis na época, evidenciavam características demográfico-sanitárias de um país de transição. O rendimento *per capita* médio era muito inferior ao recomendado, e o “padrão de doença” era dominado pelas numerosas doenças infecciosas e parasitárias, como a tuberculose que atingia uma percentagem significativa da população. O consumo de leite era diminuto, e o de vinho excessivo. O nível elevado de alcoolismo era responsável por devastadoras consequências na saúde, in-

clusive na área mental. Entretanto, crescia a imigração das zonas rurais para os centros metropolitanos, e uma forte emigração para países mais desenvolvidos, particularmente europeus.

As desigualdades no que respeita ao acesso aos meios de Saúde e Tratamento eram enormes, dramaticamente muito desfavoráveis para os mais pobres, muitos dos quais viviam em condições higiénicas e sanitárias degradantes, correspondentes a um acentuado atraso social. A duração de vida do cidadão português estava abaixo da dos restantes europeus. A capacidade dos serviços de saúde para assegurarem os cuidados necessários era muito deficiente: nunca possuíram a capacidade técnica e administrativa para tal desiderato. Os cidadãos recorriam, conforme as suas posses, aos médicos particulares, ou aos escassos serviços assistenciais existentes, na linha de uma medicina caritativa, sem coordenação, unidade de acção e de meios. A Previdência organizou, por sua vez, os cuidados médicos para grupos específicos de trabalhadores e suas famílias. Não existia, portanto, uma cobertura global da população.

Em 1971, Gonçalves Ferreira apresentou uma reforma do sistema de Saúde e Assistência, em que defendia um Sistema de Saúde organizado, uma orgânica completa de serviços, e o estabelecimento de Carreiras Profissionais, ou seja, uma política unitária de Saúde, um primeiro esboço de um SNS. Foram criados os Centros de Saúde (CS), e afirmava-se o direito à saúde como um direito de personalidade. Dados os entraves levantados pelo governo autoritário de então, muitas das suas reformas não foram concretizadas, e assim se chegou aos anos 70 sem um serviço moderno de Saúde.

Não devem ser esquecidas as muitas movimentações e lutas de oposição dos portugueses ao regime fascista que persistia, como as dos profissionais de Saúde, salientando a dos médicos (Movimento dos Novos) pelas Carreiras Médicas, dos anos 50-60. Com o Relatório sobre as Carreiras Médicas, aprovado em 1961, não mais a Saúde ficou como dantes! Defendia-se uma reforma integral do Sistema de Saúde, e a criação de um SNS à imagem do HS inglês.

Vejamos alguns indicadores, alguns bem gravosos, referentes a 1973 (vésperas do 25 de Abril): mortalidade geral de 11,1 por mil; mortalidade infantil de 44,8 por mil nados-vivos; mortalidade materna de 59 por 100 mil nados-vivos; natalidade de 20,1 por mil; esperança de vida ao nascer: H=64,7 anos, M=71,1 anos. 82,7% da população não possuía sistema de esgotos, e só 40% tinham água ao domicílio; 61% não tinham recolha de lixos urbanos e, nas casas, só 20% usufruíam de cozinha, retrete e casa de banho. Em 1974, os partos sem assistência foram 17,7%, hospitalares 56,4%. O analfabetismo rondava os 36% da população (dados de Gonçalves Ferreira, 1975).

Após o 25 de Abril de 1974, muito se alterou na área da Saúde! De acordo com o DL 203/74 são apresentadas as "Bases de um SNS" que afirmava: "...compete ao Governo Provisório o lançamento das bases para a criação de um SNS ao qual tenham acesso todos os cidadãos". Recordar que em 1975 ocorreu uma "Campanha de Acção Cívica e de Dinamização Cultural" (5ª Divisão do MFA), que permitiu uma intervenção médico-sanitária junto das populações mais carenciadas do interior do país (muitos cidadãos afirmavam nunca terem visto um médico!). Acção precursora do Serviço Médico à Periferia (SMP-1975-83), considerada uma experiência inédita, muito marcante para as populações e médicos, que teve reflexos positivos nos indicadores de saúde, como a mortalidade infantil.

Ainda em 1975, é publicado o "Relatório do Grupo de Trabalho para o Estudo da Carreira Médica Nacional" da DGH, que defendia a existência de um SNS, a unificação das Carreiras Médicas, como base central do SNS. Em 1976, foi aprovada, na AR, a Constituição da República Portuguesa (CRP), cujo Artigo 64 diz respeito à Saúde onde se afirma, no ponto 1: "Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover.", e no ponto 3 a): "Garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação", e no ponto 4: "O SNS tem gestão descentralizada e participada".

Na "Conferência Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários" (Alma-Ata, Cazaquistão, 1978), a Declaração Final teve repercussão em muitos países, como Portugal. Era defendida a promoção da Saúde de todos os povos do mundo, a valorização dos Cuidados de Saúde Primários como base central dos SNS, e se proclamou a Saúde como um direito humano fundamental.

É justo realçar, em 1979, a criação dos Sindicatos dos Médicos (Norte, Centro e Sul que, em 1988, formaram a FNAM: Federação Nacional dos Médicos), e o SIM. Estas entidades representativas dos médicos tiveram, e têm, um papel importante no devir da Saúde. Ainda em 1979, foi aprovada, na AR, a Lei 56/79, que criou o SNS, com os votos favoráveis do PS, PCP, UDP e de um independente. É considerada uma das principais conquistas do 25 de Abril. A Carreira de Enfermagem foi aprovada pelo DL 305/81; as Carreiras Médicas pelo DL 310/82, tendo havido, neste caso, activa contestação da direita e da OM que defendiam a medicina convencionada.

Após os anos 90, foi ganhando força a política neoliberal de destruição dos serviços públicos de Saúde, de desmantelamento da legislação laboral e dos direitos sociais, e a privatização dos serviços públicos. Os ataques ao SNS e às Carreiras Médicas foram-se sucedendo. A direita e os grandes grupos económicos da Saúde perceberam que é pela desvalorização profissional e salarial dos profissionais de Saúde, que se criam as condições objectivas que conduzem à redução significativa da actividade dos serviços públicos e à transferência progressiva de cuidados e proventos económicos para o sector privado. A Lei de Bases da Saúde (Lei 48/90) abriu as portas ao incremento do sector privado da Saúde, para quem a procura do lucro ("negócio da doença") é prioritário. Nas últimas

décadas, as políticas de subordinação aos interesses do grande capital, e de submissão total aos ditames da UE, têm prejudicado o desenvolvimento nacional, agravado as desigualdades, limitado as liberdades, desvalorizado os salários, pensões e reformas, fragilizado os serviços públicos e degradado o SNS. Em contraste flagrante, verifica-se um aumento desmedido dos lucros dos grandes grupos económicos e da banca (respectivamente: 25 milhões de E/dia e 12 milhões de E/dia!), enquanto 72% dos reformados auferem pensões inferiores a 500 E, e mais de 3 milhões de trabalhadores ganham menos de mil E/mês.

Em 2001, a OMS classificou o SNS português em 12º lugar, a nível mundial, à frente de países mais ricos da Europa, mas também do Canadá e EUA. Não deve ser esquecido que o controlo da pandemia, que recentemente afectou milhões de portugueses e levou à morte milhares de cidadãos, incluindo crianças, muito se deveu ao papel decisivo, competente, do SNS e dos seus trabalhadores. Salvar o SNS é, pois, um imperativo nacional! Para a sua defesa e da Saúde, sugerem-se, entre muitas outras, as seguintes medidas:

- » Planeamento rigoroso das necessidades em recursos humanos, económicos, tecnológicos, materiais e logísticos para a Saúde. Reforço do investimento no SNS.
- » Recrutamento de profissionais em falta, com salários condignos, boas condições de trabalho, progressão e diferenciação.
- » Melhoria dos Cuidados de Saúde de Proximidade: profissionais suficientes, melhores (ou novas) instalações e meios de diagnóstico/tratamento.
- » Recuperação física dos Hospitais mais antigos.
- » Melhoria da Formação dos Profissionais de Saúde. Valorização dos aspectos humanos da relação com os doentes.
- » Defesa dos direitos e leis laborais, e da contratação colectiva.
- » Combater a precaridade e a pobreza; romper o círculo vicioso pobreza/doença. Aumento e universalização dos Abonos de Família.
- » Melhoria das condições, estabilidade, e horários de trabalho que o compatibilizem com a vida familiar e a saúde. Atenção ao aleitamento materno.
- » Defesa das Carreiras Profissionais da Saúde. Aumento dos salários e pensões. Defesa do

regime de dedicação exclusiva, opcional e majorada, no SNS.

- » Fixar profissionais no SNS: tornar mais atractivo o trabalho em termos profissionais e salariais. Incentivar o interesse pela Investigação.
- » Valorizar a Saúde Pública e seus profissionais. Necessária uma estratégia nacional para a água (que se pretende pública), para as alterações climáticas (ondas de calor ou de frio intenso), e para a poluição (ar, água, solos, alimentos).
- » Criação de mais Creches Públicas e de vagas, e de uma Rede Pública destes serviços; criação de mais Lares Públicos com valências e instalações apropriadas à idade e estado de saúde dos ocupantes.
- » Melhoria higiénica e sanitária das instituições públicas de Ensino (em todos os graus). Criação de condições logísticas para a prática de exercício físico e desporto escolar. Combate ao sedentarismo.
- » Recusar a "municipalização" e privatização dos Serviços Públicos na área da Saúde.
- » Vigilância e protecção da Saúde Materno-Infantil. Defesa dos direitos parentais.
- » Alargamento da oferta pública de habitação acessível. Oposição à Lei dos Despejos.
- » Informatização integral do SNS. Criação do Registo de Saúde Electrónico Único (RSE).
- » Denunciar a transferência de dinheiros públicos, alocados à Saúde, para o sector privado (mais de metade do orçamento para a Saúde!). Recusar as cativações.
- » Oposição aos novos Estatutos do SNS que, em contradição com a Lei de Bases (2019), facilita a intromissão dos grupos económicos da Saúde, e permite a gestão privada dos serviços do SNS.
- » Recusar o tipo de direcção "bicéfala" da Saúde. O histórico dos CEO dos SNS, correspondeu, quase sempre, à degradação e destruição dos SNS (caso típico em Inglaterra).
- » Vigiar, controlar rigorosamente o acesso e aplicação dos montantes do PRR, para a área da Saúde.
- » Reduzir a iliteracia na Saúde.

(\*) *Aguinaldo Cabral – médico pediatra. Dirigente sindical médico (1979-2021)*

Escreve segundo o Acordo Ortográfico antigo.





# LÁ LONGE – ONDE, ANTES DA LUZ, HAVIA CANTIGAS

**Manuel Pires da Rocha**

**L**á longe, de onde não se viam as luzes da cidade, os cântaros, os candeeiros de petróleo e os baldes de despejos demoravam a ser torneiras, e autoclismos. Lá longe mas também perto, nos bairros de lata das fronteiras de Lisboa, nos casebres da margem-sul e nos lugares todos aonde os braços dos camponeses se foram entregar nas alfaias da siderurgia, da metalomecânica, dos labores domésticos, da construção civil.

Herdeira de nada que se visse, aquela gente fez-se ouvir tingindo a fala da cidade de sibilados beirões, portamentos alentejanos, silabares transmontanos, vocábulos, pregões, dizeres de um país desigual nas paisagens e nas sortes, um chão de muitos pobres fugindo do sol-a-sol. Por eles se lamentaria Rosalia em versos de “este parte, aquele parte”, transformado em Hino pela voz luminosa do Adriano.

Era violenta a condição dos humildes nas terras que o fascismo abocanhou. Nos lugares de Portugal adentro ficaram os órfãos e as viúvas dos homens que iam para a guerra, as famílias destroçadas dos emigrantes, os velhos cosidos nos beirais a ver o mundo passar. Mas, lá longe, assim mesmo cantavam e dançavam, umas vezes em celebração das vidas, ou-

tras vezes por conta das divindades pagãs que o cristianismo cativou, outras ainda no acompanhamento da enxada, da foice, da vara, da charrua. Por eles se afirmaria, numa canção espanhola, que “pueblo que canta no puede morir”.

Por vezes os que partiam levavam os seus cantares. Como aqueles que disseram “quando eu cheguei ao Barreiro / vi o barco que passa o Tejo / Chora por mim, que eu choro por ti”, inventores de um Alentejo desalojado, resultante sonora da soma dos tantos modos de cantar. Michel Giacometti gravou-os e filmou-os, para que um dia soubéssemos de onde viemos, perdidos podendo estar, e nos descobríssemos nas imagens de “Povo que Canta”.

Esta moda de Cante, que passou a integrar o reportório da quase totalidade dos grupos de alentejanos operários da cintura industrial de Lisboa, confirma as palavras de Fernando Lopes-Graça quando refere que “a canção é companheira da vida e trabalhos do povo português e segue-o do berço ao túmulo, exprimindo-lhe as alegrias e as dores, as esperanças e as incertezas”.

Adiante se veria a capacidade da toada popular de juntar vozes na celebração coletiva que reivindica protagonismo. Na indicação de “Grândola, Vila Morena” para sinal inicial da Revolução de Abril, os Capitães não adivinhariam, porventura, a importância estética de tal escolha (dentre três possibilidades). O facto é que a voz nua, somada a outras vozes, usando o silêncio como pano de fundo, emociona-se na constatação da massa humana, no desdobramento das vozes, na veemência da mensagem. É, no fundo, o fenómeno que José Gomes Ferreira soube traduzir quando afirmou que “em multidão os homens parecem maiores do que são. / Nela a nossa voz, tão rude quando cantamos sós, parece mais bela”.

## **POVO QUE CANTA**

Por razões que aqui ficaram ditas já se viu que não era, este, um povo conveniente. Em abundantes entredos, “queimas de judas”, danças de corpo acordado, modas de protesto, são-joãos licenciosos, hábeis polifonias, despiques, romances e enredos teatrais, o povo português todo revelava, afinal, a ousadia da identidade, do coletivo, do sonho da felicidade.

Por isso, por ser perigoso o tudo-a-sério, inventou-se o tudo-a-fingir. Para a grande operação de mistificação mobilizaram-se os ensinamentos da *Kraft durch Freude* nazi e da *Opera Nazionale Dopolavoro* fascis-

ta, e criou-se a réplica lusitana que viria a chamar-se FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. Montou-se um palco no rossio de Portugal, ordenou-se que uns ocupassem o tabuado e os outros a plateia, fundiu-se um Galo de Prata e organizou-se um concurso. Ganhou um (o público aplaudiu), perderam os outros todos.

A um povo que tão pouco tinha já, em alimento e pertences, quis o fascismo roubar uma alma milenar – suas vozes, seus olhares. E fê-lo tão habilmente, que ainda hoje perduram santinhos em vez do terreiro improvisado, anónimos galos garridos bicando nos cristos e nos diabos de rosas-ramalho geniais. A Política do Espírito soube ser competente. Parte significativa da nossa gente mantém, até hoje, volumoso desconhecimento de si, alguma desta transformada agora em adepta da “ideologia pimba”, vítima inconsciente de um habilidoso e eficaz processo de desmemorização que a 5.ª Divisão do EMGFA tanto quis contrariar.

Ainda assim, no tempo escuro do fascismo, apesar da perdição entre as lendas do Império, a miséria e a repressão, ía-se encontrando o fio da meada nas celebrações insistentes das devoções do povo, na manutenção das danças de terreiro, dos rituais, dos costumes de acompanhamento “da vida e trabalhos do povo português”. Pressionadas pelos valores e objetos da cultura oficial, as existências culturais do povo passaram então à condição da resistentes, teimando na arquitetura da quadra do despique, nas orações a Santa Bárbara, nas danças dos pauliteiros em dia da Festa dos Rapazes, nos cantos de aboiar, nos brados “de quem é o Carvalhal? É nosso!” em que a Moda do Bombo já foi arma de luta pela posse dos baldios.

É a cultura popular que justifica as Heróicas do Lopes-Graça, os discos de capa de serapilheira que o Giacometti publicou, a escrita e demais arte neorrealista, a gravura clandestina. Foi por ela que surgiram cantigas-do-maio e trovas conspirativas em vozes encantatórias. Foi pelo povo dos cantares da Beira Baixa, das cantigas da ceifa, das modas da monda, de pingachos, charambas e milho-verdes, que se atravessaram no caminho da pacatez situacionista de “ele é um bom rapaz / um pouco tímido até”, cantos e poemas por pintores assassinados, elegias de catarinas camponesas e operárias conceições, refrões de bandeiras de liberdade do pano das capas negras, pedras filosofais, a denúncia dos vampiros.



### HÁ SEMPRE ALGUÉM QUE RESISTE

Demorou. Mas num dia vinte-e-cinco – ou alguns dias depois – chegou lá longe a notícia dos cravos nos canos das G3 e do regresso dos soldados. E os camiões do MFA traziam agora médicos e alfabetizadores (ainda antes das torneiras e dos interruptores), instalando felicidades desconhecidas, inimagináveis vontades. Iniciou-se ali a morte do país salazarento de uma-sardinha-para-três.

Mas era preciso mais. E na escolha dos caminhos – que os havia de marcha-atrás, como a seguir se veria - Vasco Gonçalves afirmou um dia que “ou se é pela revolução ou se é pela reação! Não há cá terceiras vias”. Não eram palavras de um profeta adivinhando destinos. Era coragem revolucionária, aviso e propósito ao mesmo tempo, declaração de prontidão para o combate que se revelaria feroz. Naqueles dias de acerto, a reação foi mais forte. E a tal “terceira via”, escolhendo ser sua muleta, foi engolida na voragem desatinada e chora, agora, supostas ingratidões.

Não é possível resistir à comparação dos tempos. É, por isso, natural que quem viveu aqueles dias inaugurais de felicidades desconhecidas se enrede agora nas tristezas da desilusão. Nem que seja porque, lá longe, poucos resistiram ao poísio, ao fecho das fábricas, ao encerramento das escolas e dos ramais. Ou talvez porque, de resistentes, as cantigas e as danças perderam ofício e gente, e são agora saudade.

Sabe-se, contudo, que a comparação dos tempos

pode ser injusta, também. Na aldeia de Constantim e noutras em seu redor os rapazes emigraram quase todos em busca de melhor vida. Mas todos os anos, nos dias inverniais do solstício, os jovens regressam ao lume da fogueira dos seus avós e, no assalto ritual ao fumeiro, retomam-lhes as danças e a companhia do Carochinho e da Velha. No final das Festas haverá ceia comunitária naquela Pátria de poucos quilómetros quadrados. No Alentejo, o Cante retoma a função de canto coletivo que se aprende na nova comunidade que é a escola. Na Ilha Terceira as danças (peças de teatro popular) do Entrudo mobilizam milhares de atores e músicos no comentário anual da realidade. A Campaniça voltou a chamar ao despique, as concertinas e a rabeça retomaram funções bailadeiras.

Desde o 25 de Abril de 1974 até hoje, muitos grupos musicais e compositores de géneros musicais diversos descobriram – no baú que Michel Giacometti, Ernesto Veiga de Oliveira, Lopes-Graça, Benjamim Enes Pereira, Aliete Galhoz, Margot Dias e alguns outros (poucos) nos legaram – a matéria-prima do seu labor musical, e partilharam-no com todos nós. Conhecemo-nos, hoje, também por isso, melhor do que há 50 anos.

Lá longe há agora luz elétrica, água canalizada e mais saneamento básico do que o quase nenhum que então havia. A gente (tanta) que falta há de um dia regressar – e, com ela, a esperança de novos dias luminosos.



# HOMENAGEM A ARY DOS SANTOS

---

**Modesto Navarro**

---

**D**e manhã, o homem que regressou de África em 1975, perguntou atrás do balcão da pequena loja de jornais e revistas:

– Está a comprar o jornal, cadernos, esferográficas, tanta coisa...Vai de viagem?

– Vou para Rio Maior.

– O quê?! Tenha cuidado...

Brincava. Conhecia-o já bem, ao homem envelhecido, às suas convicções e actividades.

– Vou participar num espectáculo de homenagem ao Ary dos Santos.

– Em Rio Maior? Mas isso é histórico...

Sim, era histórico. O convite viera de um professor de uma escola local. E prepararam o que iria passar-se nessa tarde, se houvesse gente para merecer as canções de Manuel Freire, de Samuel, de Luisa Bas-

to. Se quisessem ouvir o poema maior do 25 de Abril que seria dito por Carmen Santos e Fernando Tavares Marques, com o piano de Nuno Tavares a acompanhar. O Coro da Universidade Sénior de Rio Maior tinha ensaiado algumas canções heróicas de Fernando Lopes Graça, de José Gomes Ferreira, de Carlos Oliveira. Pela primeira vez, aquelas vozes de homens e mulheres faziam ouvir, no ensaio, palavras diferentes e músicas que até aí não teriam soado abertamente na terra de afrontamento à liberdade e ao destino de um povo que pretendia avançar.

1974 e 1975. Anos de transformação e de vida diferente, o caloroso entendimento do que era novo. Ali ia, com eles, um jovem que fazia poemas e escrevia textos. Vinte e dois anos de ambições, a caminho de um espectáculo que desconhecia.

– Vou contar as referências a Vasco Gonçalves no meu discurso – disse o militar que iria intervir no início da sessão.

Eram quase quatro horas da tarde de sábado e ainda pouca gente entrara no auditório da escola superior de desporto.

Tinha receio de que não houvesse gente suficiente. O jovem estava atento, calmo, o cabelo grande, o olhar intenso e luminoso, a ver Samuel experimentar o som daquela guitarra eléctrica, estranha, a sentir as dificuldades de encontrar uma solução para projecção de fotografias, Nuno Lopes a esforçar-se, ao lado de alguém da escola que estava nitidamente com pouca vontade de ajudar.

À porta, lá fora, um homem olhava o largo de estacionamento, à espera dos carros que iriam chegar, na ansiedade de tudo começar e não começar.

– Não percebo esta gente – dizia, pessimista, sentado na pedra da escada. – Tanto esforço, tanta propaganda distribuída, e será que não vêm?

Vieram, de carro a carro, casal a casal, e o espectáculo começou. Para o jovem, era o encantamento e o desejo de um dia estar num palco, a dizer poemas e a ouvir a música de fundo, os olhares atentos da plateia. Era o seu anseio, e Manuel Freire erguia a voz, “Eles não sabem que o sonho”, depois de o coro ter cantado, com vozes límpidas e serenas, de homens e mulheres ainda empenhados, na idade avançada, como se as canções heróicas fizessem parte do património finalmente liberto daquelas terras onde uma câmara municipal eleita em democracia homenageara os presidentes do fascismo com um acto inimaginável nos tempos novos.

Sim, contradições de gente de dinheiro e poder, ânsia de não perder o controlo do passado que está morto mas ainda sulca as suas cabeças agressivas, a tristeza de quem não sabe onde anda e quer travar qualquer coisa que os ameaça.

Canção a canção a pontuarem o poema longo e exacto, as portas que Abril abriu e abre a cada momento, na vontade de estar ali, sentado, na plateia, com gente que vibra, que saúda os primeiros acordes de uma canção sobre a reforma agrária. Samuel tinha falado de Vasco Gonçalves, do salário mínimo instituído, pelo primeiro dos seus governos, as reformas, as medidas de nacionalização de bancos, de empresas, de sectores fundamentais para a democracia poder vingar.

O jovem está sentado ao lado dos participantes que agora descansam, finalmente; o espectáculo vai continuar bem, pensa ele, num frémito que não sentia há tanto tempo, como aqueles que sentira em Bragança, em Vinhais, em Vimioso, em terras difíceis onde rasgaram noites escuras e palavras subiram a iluminar o desejo de abrir novos caminhos na ambição de estar vivo.

Alegria, contentamento e abraços, no final do espectáculo, a Grândola cantada em uníssono, por todos no palco e na plateia, os cravos vermelhos nas mãos e nas lapelas, num dia 3 de Maio, em Rio Maior.

Depois foram visitar as salinas, a flor do sal, o curso de água que passa algures, no subterrâneo da terra, e que fica nos quadrados de água, naquele pequeno vale de casas de madeira, ao longo da estrada, com os bares, as esplanadas, a venda de produtos locais, a expressão mais avançada, de que há gente que trabalha e quer inovar.

Noite caída, jantaram no restaurante de uma cooperativa agrícola e turística, na serra dos Candeeiros. O jovem ouvia os homens e as mulheres das canções e experimentava outros sentimentos, ser como eles, generoso e amplo, e descansava o olhar no grupo que confraternizava, finalmente em paz, na noite imensa da serra e do casario iluminado, lá longe, em cada terra que conhecera antes, em viagens para o norte, cheias de esperança de chegar e de abrir novas fontes de entendimento, de regresso às raízes para depois abalar de novo, rumo à parte do sul onde já conseguia viver.

Hoje é dia de a irmã fazer anos, lá longe. Dispersa, a família vai construindo em cada lado o que não fora possível prever e que acontecera, nas paixões, nos desencontros, no enorme sentimento de os ter e de não os perder nunca mais.



# ASSOCIATIVISMO POPULAR DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO ANTES E DEPOIS DE ABRIL – UMA CONQUISTA DA REVOLUÇÃO

*A Associação Conquistas da Revolução (ACR), numa clara manifestação de conhecimento e respeito pelo Movimento Associativo Popular (MAP) enquanto poder local associativo, convida-nos a deixar o nosso testemunho sobre os 50 anos do 25 de Abril de 1974 e o associativismo popular de cultura, recreio e desporto.*

*É uma demonstração de sensibilidade e inteligência emocional próprias dos valores que enformam a ACR e o que lhe esteve na origem. Esperamos estar à altura das expectativas dos Dirigentes e Associados da ACR, e de todos os que possam ler este testemunho.*

**Augusto Flor**

**T**endo a sua origem em pequenas Bandas Filarmónicas locais, disseminaram-se pelo território nacional, contando com mais de 35.000 entidades (colectividades, associações e clubes), estima-se que tenha mais de 3 milhões de associados dos quais cerca de 2 mi-

lhões têm actividade e sejam dirigidas por mais de 425.000 Dirigentes Associativos voluntários, benévolos e eleitos.

Portugal não seria o mesmo sem este poderoso movimento social de massas, pelo que é devido um reconhecimento aos associados, dirigentes, trabalhadores e amigos do associativismo popular português no ano em que se comemoram 50 anos do 25 de Abril de 1974 e a sua estrutura nacional completa 100 anos de existência.

Muitas das Colectividades, por todo o país, sofre-

ram investidas da PVDE e PIDE, PSP e GNR a mando dos governos de Salazar e Caetano, por permitirem que nas suas instalações se realizassem sessões e comícios de democratas progressistas.

Foi em muitas destas colectividades que muitos homens e mulheres tomaram consciência política e social.

Muitos destes homens e mulheres ocuparão os cargos em partidos políticos, sindicatos, comissões de moradores, comissões democráticas administrativas de câmaras e juntas de freguesia, deputados à Assembleia Constituinte e futuros autarcas nas primeiras eleições em 1976.

### **NO ANO DO 25 DE ABRIL DE 1974**

#### **A Federação das Colectividades comemorou o seu 50º Aniversário**

*Vivia-se na madrugada de uma 5ª feira de Abril.*

*O dia estava limpo e as rotinas foram alteradas por movimentos militares inesperados.*

*Os militares desobedeceram ao poder político.*

*O povo desobedeceu aos militares que pediam para o povo ficar em casa. O povo tomou as ruas e apoiou os militares. Ali nascia a primeira “coligação” em liberdade e democracia: Aliança Povo – MFA!*

*Muita 5ª feira veio depois, mas como aquela, não houve mais nenhuma.*

Os órgãos sociais da Federação são depostos e substituídos por uma Comissão Democrática representando as filiadas, a liberdade e a democracia. Iniciava-se uma nova era. Com a regularização do funcionamento democrático da Federação, entre 1974 e 1976, gerou-se um ambiente de confiança institucional entre a Federação e o Estado português.

É exemplo disso que o Estado Central venha a incluir a Federação no **Conselho Nacional da Cultura**, particularmente nas suas vertentes de música e teatro.

A Federação foi convidada a participar no Grupo de Trabalho destinado ao Estudo do diploma legal regularizador do Estatuto das Colectividades de Utilidade Pública, por Despacho de 31/08/76 do Primeiro-ministro. Deste Grupo de Trabalho resultou o Decreto – lei 460/77 de 7 Novembro. **A Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio foi a primeira entidade a obter o Estatuto de Utilidade Pública em Portugal (1978).**

Reconhecimento oficial do **Boletim da Federação** (1977) pela Secretaria de Estado da Comunicação Social (circular s/pagamento da tarifa postal de porte pago).

### **Convenção Nacional Democrática “O Povo Toma a Palavra”**

Por altura da primeira revisão da Constituição da República Portuguesa (1982), atentos, preocupados, mas activos, os Dirigentes Associativos e a sua Federação, organizaram uma iniciativa que visou sobretudo a defesa e alerta para os riscos que a Constituição corria.

A Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio deixou um apelo e recomendações para que a revisão constitucional reforçasse: Direito à Cultura; Direito ao Desporto; Direito à sadia ocupação dos tempos livres; Direito ao apoio financeiro às Colectividades de Cultura e Desporto; Direito de Associação, Reunião e intervenção política do povo.

### **3.º CONGRESSO NACIONAL**

*A 30 e 31 Outubro 1993, duas décadas após o 25 de Abril, em Almada, realiza-se o Congresso Nacional das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, tendo ficado conhecido pelo Congresso da Mudança. Foi uma organização conjunta da Federação Portuguesa das Colectividades e da Federação Distrital do Porto.*

A **Revista ELO Associativo**, enquanto órgão oficial da Federação, edição em papel, iniciou-se em Maio 1997, passando a ser digital a partir do nº 40 até à presente data.

### **Nova sede, mais Federação**

No dia 4 de Junho de 2000, em cerimónia presidida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, foi inaugurada a nova sede da Federação, sita na Rua da Palma, 248, em Lisboa, em espaço cedido (arrendado) por aquela autarquia, que se mantém até à presente data.

### **4º CONGRESSO NACIONAL**

*Os órgãos sociais da Federação decidiram em 2000 iniciar o processo da realização de um novo Congresso das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, convidando para a sua organização as Federações Distritais das Colectividades do Porto, Viana do Castelo e Braga, tendo como principal objectivo o aprofundamento da estruturação. Este Congresso realizou-se em Loures nos dias 6, 7 e 8 Abril 2001.*

## **A FEDERAÇÃO EVOLUI PARA CONFEDERAÇÃO**

*Dando cumprimento à recomendação do Congresso de Loures, atenta à constituição e evolução de Estruturas Distritais e Concelhias, a Federação realizou o processo de alteração estatutária, em 3 Assembleias-gerais, e a transformação de Federação para Confederação, tendo sido feita a sua escritura pública em 29 de Maio de 2003.*

Com a estrutura nacional em formato de Confederação, mobilizando as filiadas e as estruturas descentralizadas (Federações Distritais e Associações Concelhias), foi possível desenvolver processos de luta reivindicativa junto da Assembleia da República e dos vários governos, que conduziram à aprovação da **Lei 34/2003 – Reconhecimento do Associativismo Popular**, e da **Lei 20/2004 – Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário**, que careciam de regulamentação, levando a várias formas de luta, entre as quais a greve de fome de dois Dirigentes nacionais durante vários dias junto à Assembleia da República.

A 31 de Maio de 2008, por altura das comemorações do 84º Aniversário da Confederação e do Dia Nacional das Colectividades, foi inaugurado o **Espaço Museu – 31 de Maio**, na sede da Confederação em Lisboa, tendo-se assim proporcionado o acesso a parte do espólio associativo, documentos e objectos, a todos quantos visitam a sede nacional. Este espólio foi também disponibilizado em suporte digital no sítio da Confederação.

Em 2009, a Confederação estabelece a primeira parceria com a Universidade Lusófona, ligando o associativismo à academia, com múltiplas vantagens para ambas as partes, tendo-se alargado a outras entidades académicas com projectos de investigação/acção, publicações, congressos, seminários e estágios.

O Mercado de Santa Clara, em Lisboa, foi palco de uma grande iniciativa que decorreu entre 23 a 31 de Maio de 2009, destacando-se: **Exposição Nacional 1.000 provas de vida do Associativismo Popular; Congresso Internacional “Associativismo Popular Sem Fronteiras; Conferência Académica “A importância do associativismo no Desenvolvimento Comunitário”.**

## **COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA**

*No ano 2010, a Confederação promoveu as comemorações associativas nacionais*

*do Centenário da República, tendo constituído uma Comissão Nacional, e um Programa das Comemorações com actividades em todo o país entre 1 de Janeiro e 5 de Outubro de 2010, das quais se destacam uma Exposição, Sessões Solenes e Debates, e o encerramento no São Jorge em Lisboa onde estiveram presentes os Bisnetos dos autores da Portuguesa (Hino Nacional).*

O período 2011/ 2015 foi dos mais difíceis da existência do associativismo em democracia. Para além dos graves constrangimentos económicos e financeiros impostos pela “Troika” com enormes sacrifícios para os trabalhadores por conta de outrem a que pertencem a grande maioria de associados e dirigentes associativos, foram dados dois rudes golpes: a extinção/fusão de freguesias e a Lei das rendas.

No primeiro caso, foram suprimidos milhares de eleitos o que teve impacto na proximidade e disponibilidade das relações entre autarquias e associativismo. No segundo caso, conduziu a que centenas de colectividades foram obrigadas a pagar 5 a 10 vezes mais de rendas ou foram despejadas das instalações onde, muitas delas, se encontravam há 50 ou mais anos, muitas delas centenárias. A Confederação empenhou-se nestas lutas de forma permanente, tendo como exemplo a documentação e propostas apresentadas ao governo mas também nas manifestações que se realizaram onde participaram milhares de colectividades e de associativistas.

*Foi ainda neste período difícil que a Confederação decidiu realizar um Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes, para o qual convidou todas as Federações representativas das várias actividades associativas.*

Este Congresso, preparado ao longo de 2015, teve a sessão de encerramento a 7 de Novembro no Fórum Lisboa, onde foi aprovada a Resolução com recomendações aos 6 poderes. Foi neste congresso que foi decidido constituir o **Conselho Nacional do Associativismo Popular (CNAP)** que representa todo o tecido associativo.

Resultado de muita reivindicação, lutas e apresentação de propostas concretas, nomeadamente para os Orçamentos de Estado de cada ano, a Confederação foi inserida no **Conselho Económico e Social (CES)**; **Conselho Nacional da Economia Social (CNES)** e Conse-





lho Nacional do Desporto (CND), permitindo assim ser ouvida e reconhecida como a única representante do associativismo popular de cultura, recreio e desporto.

### **COVID.19 – CONSTRANGIMENTOS, RESISTÊNCIA E PROPOSTAS**

*Apanhados de surpresa (2020-2022), foi uma experiência dolorosa e inesquecível para quem a viveu. Perderam-se familiares, amigos e colegas Dirigentes associativos. Na família, na escola, no emprego e no associativismo, fomos todos confrontados com os constrangimentos e necessárias respostas ao desconhecido.*

A Confederação manteve o associativismo, filiado e não filiado, informado e deu perspectivas quando tudo parecia ruir. Avaliou os impactos financeiros e sociais e apresentou propostas às autarquias, ao governo central e ao Presidente da República.

Foi a Confederação que, com a supervisão da DGS, criou e divulgou o Manual de Retoma Associativa – pós Covid que permitiu a recuperação de milhares de colectividades em crise e que se estimava que já não reabrissem.

### **Presidente da República condecora a Confederação**

Reconhecendo o importante papel da nossa Confederação na sociedade portuguesa no campo da cultura, recreio, desporto, coesão social e territorial e, em particular, na fase aguda da epidemia Covid (2020) o Presidente da República atribuiu o título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique em sessão privada no Palácio de Belém.

### **45 Anos da Constituição da República Portuguesa**

Em 2 de Abril de 2021 completaram-se 45 anos da promulgação da Constituição da República em democracia pelo que a Confederação não poderia deixar de assinalar tão importante acontecimento.

### **Revisão estatutária e eleições – fim de um ciclo**

A revisão estatutária em 2021 foi um exemplo de participação democrática, capacidade de decisão e de visão para as próximas décadas. A Academia Almadaense acolheu um Congresso Extraordinário onde foram aprovados os novos Estatutos.

### **Congresso Eleitoral – Programa de Acção**

Com a revisão, escritura e publicação dos Estatutos, ficaram criadas as condições para o novo ciclo que foi consagrado com a eleição dos Órgãos Sociais da Confederação para o mandato 2022/2026.

*Neste Programa de Acção, para além de aspectos estratégicos do associativismo, é assumida a vontade e determinação da Confederação, suas estruturas descentralizadas e associadas, se empenharem de forma regular, permanente e coerente na defesa dos valores e conquistas de Abril, continuando a integrar a Comissão Promotora das Comemorações em Lisboa e Porto, mobilizando o associativismo para a luta pelas transformações sociais que Abril iniciou.*

**Viva o Movimento Associativo Popular!  
Viva o 25 de Abril!**



# CINQUENTA ANOS DEPOIS

Marques Pinto

**E**m Abril de 1974 o nosso País estava envolvido em várias guerras muito longe das nossas fronteiras europeias, com características diversas em cada território, mas todas envolvendo as “nossas tropas” como na altura era designada a mescla de soldados nascidos e criados no território do Portugal Europeu, com os nascidos ou criados nas diversas parcelas do que então era designado pelo Portugal Ultramarino, depois de durante muitos anos terem sido os mesmos territórios chamados de “colónias Portuguesas” ou mais tarde de “territórios ultramarinos” .

Tal guerra que durante 13 anos consumiu milhares de vidas e provocou tantos deficientes de ambos os lados do conflito, tanto em militares como as vítimas civis, hoje tão pouco recordadas, mas que destroçou muitas famílias.

A paz que se obteve após a Revolução de Abril, infelizmente não conseguiu trazer a reparação dos muitos e variados estragos tanto de natureza moral como física que a Guerra Colonial provocou, contudo permitiu estancar a grande ferida e procurar o entendimento entre filhos de um mesmo povo que por diferentes opções e causas lutaram em campos opostos.

Também no nosso Portugal Continental após a data libertadora do 25 de Abril de 1974, ao terminar o longo período de ditadura iniciada em 26 de Maio de 1928 e estabelecida constitucionalmente em 1933, se verificou a separação entre os que perceberam que iriam perder muitos dos privilégios com que viveram protegidos pela ditadura e aqueles que começaram a vislumbrar o nascer de um novo tipo de sociedade que permitisse uma maior igualdade de oportunidades de acordo com a sua vontade, capacidade e desejo e a não limitação criada pelo tipo de berço em que havia nascido.

Claro que infelizmente o andar do tempo mostrou que criar uma sociedade mais justa depende muito mais dos múltiplos obstáculos impostos e levantados pelo poder de grandes grupos e interesses quer nacionais, quer internacionais e com fortes raízes instaladas

há muitas dezenas de anos, que nunca abdicariam pela maior ou menor simpatia que tivessem com um “novo” país saído dum golpe de estado com muitos cravos e sem qualquer derrame de sangue como foi o “nosso 25 de Abril” em Portugal, pois a perda de privilégios adquiridos em muitos casos por corrupção de políticos ou por compra ou troca de interesses de toda a ordem.

Muitas guerras, golpes de estado e revoluções ocorreram nas últimas dezenas de anos neste nosso mundo sempre tão conturbado, com muito maior incidência fora da Europa e do continente Norte Americano, mas em quase todas elas apareceram sempre forças militares e equipamentos bélicos de todo o género fornecidos pelos Estados Unidos e alguns países Europeus, nomeadamente o Reino Unido e a França também grandes fabricantes e vendedores de modernas armas e aeronaves de todo o tipo.

Depois de muitos anos a assistirmos á chamada “luta entre os dois blocos” acabámos por ver ruir o tão famoso e falado “muro de Berlim” e depois disso em rápida sucessão os países que constituíam o Pacto de Varsóvia que em termos gerais era uma espécie de Nato – ou OTAN – constituída pelos “vizinhos europeus” ligados pelas suas fronteiras à União Soviética, que em rápida sucessão se separaram da “mãe Rússia” e a própria União Soviética depois dissolvida se transformou numa federação de estados com governos autónomos.

Claro que não podemos esquecer que nos anos oitenta do século passado houve um enorme País no Oriente – com perto de 8 mil milhões de habitantes – que inicia em passos largos e decididos um caminho de abertura ao Ocidente promovendo uma penetração comercial com produtos de todo o tipo aproveitando a quase nula produção industrial dos novos países na Asia e em Africa.

A par dessa “invasão comercial” inicia também junto de muitos países a oferta de cooperação na nova construção ou em muitos casos a recuperação de infraestruturas de todo o tipo, mas em muitos casos essenciais para o desenvolvimento – caminhos de ferro, estradas, instalações portuárias, etc – que os novos países não tinham ou estavam altamente degradadas após a saída das potências colonizadoras.

Claro que a conquista destes mercados e renovação destas infraestruturas teve de ser feita por oferta pela China de pagamentos parcelares a longo prazo ou trocas com mútuas vantagens, além de em muitos casos apesar de haver concursos internacionais, as suas propostas em termo de preços e até de prazos eram imbatíveis o que afastava de imediato as em-

presas ocidentais que apenas pretendiam rápidos e seguros retornos financeiros.

Cinquenta anos depois de Portugal ter terminado a Guerra Colonial e embora mantenha boas relações com a maior parte das suas ex-colónias e tenha um número razoável de portugueses a trabalhar e com interesses nesses Países, verificamos que as suas relações, quer comerciais quer ligações de recuperação industrial são inferiores às de muitos países que apenas iniciaram os seus projectos após a independência, e isso deve-se a erros diversos e má gestão das relações entre os sucessivos governos de Portugal e os governos das suas ex-colónias.

Entretanto no nosso pequeno país no extremo ocidental da Europa, fruto da generalizada incompetência na gestão dos nossos interesses junto duma comunidade europeia – veja-se a destruição da pesca nacional – sempre desde o início governada por políticos nomeados pelos grandes interesses internacionais, particularmente os grandes fundos dos USA, e de que apenas três ou quatro países europeus vão tirando os seus largos proveitos, mas sempre exigindo aos restantes vinte e tal países uma subordinação bem comportada a custo da “doação” duns milhares de euros – e esses mesmo normalmente malgastos e nem sempre totalmente recebidos por atrasos e má apresentação das necessidades e inépcia na organização atempada dos dossiers.

Ainda recentemente tivemos mais um exemplo trazido ao nosso conhecimento através dum escândalo público que as verbas recebidas em Portugal vão em muitos casos para actividades que pouco ou nada têm a ver em relação aos dossiers presentes em Bruxelas, aliás a própria imprensa transmitiu que em cerca de trezentos dossiers que foram alvo de rejeição por inapropriados e deveriam ter sido presentes a tribunal apenas dois teriam sido alvo de penalização pela justiça portuguesa apesar das inúmeras agências e gabinetes de controle e inspecção que o governo criou e mantém com graves dispêndios do erário publico para esse fim.

Contudo e apesar da subserviência com que os nossos políticos e governantes geralmente se apresentam nesse conclave europeu, a única vez que tivemos um ex-primeiro ministro escolhido e nomeado para um lugar de topo na EU, foi após ter servido de hospedeiro e cicerone a uma reunião nos Açores, entre um americano, um inglês e um espanhol para acordarem uma invasão do Iraque.

Contudo a gestão e actividade deste português

enquanto permaneceu lá por Bruxelas foi tão mal apreciada que mais de 300 eurodeputados abandonaram a assembleia quando na sessão da sua despedida, talvez também porque a sua intervenção ao longo de alguns anos apenas serviu para obter o valioso prémio de ir ocupar um lugar bem remunerado num grande banco dos Estados Unidos.

Enfim 50 anos depois da madrugada de Abril temos novamente governantes do nosso País a ser entusiastas apoiantes de uma estúpida guerra no leste da Europa, enviando até armamento e munições para a alimentar em vez de se manifestarem e lutarem por uma rápida negociação de paz ou no mínimo de cessar-fogo e evitarem a perda de vidas humanas quer militares quer civis para além da destruição de todo o tipo de infraestruturas que qualquer conflito sempre produz.

Sobre esta guerra pesa ainda um facto – aliás hoje reconhecido publicamente por todos os intervenientes – Alemães, Russos, Ucrainianos, Franceses, Ingleses, – que assinaram um Acordo em 2015, que mais não era que uma manobra dilatória para retomar hostilidades logo que se sentissem “mais fortalecidos em termos militares”.

Sempre acreditei que qualquer governante de qualquer país deve mostrar e lutar com todas as suas forças e capacidades para que a população do seu país reúna e obtenha as melhores condições de vida possíveis e isso logicamente implica o afastá-la de conflitos, perseguições e situações de privação de alimentos e todos os bens essenciais para que o bem estar seja conseguido, melhorado e mantido.

Claro que estes objectivos só poderão ser conse-

guidos mantendo todos os cidadãos desse país interessados no seu próprio progresso social e educados e orientados para a construção de uma sociedade em que a justiça e a paz sejam mantidos e conseguidos e em contrapartida toda a população deverá afastar e impedir que qualquer dos seus governantes sejam promotores ou apoiantes de conflitos quer internos quer externos.

Só a Paz pode garantir o caminho para o progresso de qualquer povo ou nação e hoje ao tomarmos conhecimento quase diariamente na imprensa escrita que num único dia de hostilidades com bombardeamentos de artilharia e lançamentos de modernos mísseis se desperdiçam valores monetários que podiam permitir a construção de um grande e moderno Hospital e a sua total manutenção e salários de médicos, enfermeiros e medicamentos para mais de 5.000 utentes, para nós Portugueses que temos um Serviço Nacional de Saúde que não consegue garantir um simples atendimento por um medico de família a cerca de 15% da sua população e que obriga os doentes mais carenciados sem hipótese de recorrer a um cirurgião privado a esperar mais de 2 anos por uma cirurgia, penso no meu modesto parecer que não deveremos aceitar nem tolerar governantes dispostos a financiar desenvolvimentos de indústrias militares quer nacionais quer estrangeiras nem políticos interessados no apoio a qualquer tipo de conflito, pois só a Paz pode ajudar ao desenvolvimento equilibrado de qualquer Povo.

Cinquenta anos depois de Abril temos de exigir que se mantenha o Cumprimento integral do espirito e da essência da Constituição da República Portuguesa aprovada em 1976.





# A FUNDAÇÃO DA INTERSINDICAL

Daniel Cabrita

A fundação da Intersindical, em Outubro de 1970, ocorre em pleno período marcelista e num contexto marcado a nível nacional pelo desenvolvimento das lutas operárias, guerra colonial e emigração, aumento da atividade da oposição política ao regime. No plano internacional e a nível da ONU acentuava-se o isolamento do País, particularmente em função da guerra colonial. No âmbito da OIT, o Comité de Liberdade Sindical vinha condenando Portugal por não acatar os direitos inscritos nas convenções sobre liberdade sindical e negociação colectiva.

Para responder aos problemas que se vinham agudizando desde a morte de Salazar, Marcelo Caetano ensaiou uma pretensa abertura política do regime que, no plano sindical, levou à publicação das novas leis sindical e da contratação colectiva, respectivamente em Junho e Agosto de 1969.

Foram estes dois diplomas bem utilizados pelos trabalhadores que criaram condições propícias para o avanço na conquista das direcções sindicais, até então entregues a apaniguados e serventuários do regime e, a partir daí, ao grande desenvolvimento da acção reivindicativa.

A ideia de alargar as movimentações reivindicativas dos trabalhadores para dentro dos chamados sindicatos nacionais, já conhecia muitos defensores em

oposição àqueles que defendiam a criação de sindicatos clandestinos.

Prevaleceu a primeira tese que se iniciou, ainda antes da tomada de posse de Marcelo (Setembro de 1968), com a conquista de seis direcções sindicais, sendo a mais significativa a dos bancários de Lisboa em Março de 1968.

A continuidade dessa orientação levou à vitória das listas oposicionistas em muitos sindicatos corporativos no decorrer dos anos 69 e 70, situação que ganha relevância por integrar alguns dos mais representativos em termos profissionais e de capacidade financeira.

É um movimento protagonizado por trabalhadores, na sua maioria identificados ideologicamente com a oposição democrática, e em que predominava a corrente comunista e católicos progressistas.

Um impulso importante para a dinamização desse movimento decorre da acção das comissões sócio-profissionais da CDE, criadas no quadro das eleições para a Assembleia Nacional em 1969.

Daí uma animação nunca antes conhecida da vida sindical que leva à grande participação dos trabalhadores nas assembleias gerais, ao crescimento das acções reivindicativas e, sobretudo, às conquistas alcançadas por via da contratação colectiva.

Perante estes resultados o regime assusta-se e recorre à repressão. Desde logo, com as primeiras alterações regressivas à lei da contratação e à lei sindical, proibição de assembleias gerais e outras reuniões sindicais, censura prévia aos boletins dos sindicatos e, ainda, com diversas intervenções administrativas e policiais.

A necessidade de unir e concertar esforços fez-se sentir no campo das direcções sindicais oposicionistas,

o que conduziu à decisão tomada em 01 de Outubro de 1970, pelas direções dos sindicatos dos lanifícios, bancários, caixeiros e metalúrgicos, todos com sede em Lisboa, de convidar para uma reunião outras 15 direções.

A ordem de trabalhos da primeira reunião intersindical, realizada a 11 desse mesmo mês com a participação de dirigentes de 14 sindicatos, inscreveu para discussão os temas da contratação colectiva, horário de trabalho, censura e liberdade de reunião, questões centrais do confronto que decorria entre Governo e sindicatos.

Estava assim dado o pontapé de saída para a realização das reuniões intersindicais, cuja continuidade regular levou à adopção de Intersindical, entendendo-se já essa mudança como uma expressão de confederação sindical.

Tal facto constitui o maior desafio alguma vez feito ao corporativismo fascista, que proibia tal estrutura sindical por colidir com a organização corporativa que colocava no topo da sua estrutura a corporação como síntese da conciliação de interesses entre o trabalho e o capital.

Até à proibição das reuniões intersindicais em Julho de 1971, realizaram-se 12 reuniões em que participaram 39 sindicatos numa média de 20 por reunião e, por vezes, representantes das secções regionais das ordens dos engenheiros e dos médicos.

No decurso das reuniões trataram-se preferencialmente os temas laborais numa perspectiva de contestação às sucessivas alterações legislativas, a que o Governo recorria para travar a acção da Intersindical, mas também as questões da organização sindical e acção sindical com vista a incentivar a luta reivindicativa.

Outras questões tratadas configuravam já um desafio declarado ao corporativismo fascista, como é o caso da invocação do direito de ser a Intersindical a indicar o representantes dos trabalhadores à Conferência Anual da OIT.

Mas ainda e sobretudo, a aprovação do "Programa Básico dos Sindicatos" que tratou um conjunto de reclamações, tais como: ratificação da convenção sobre liberdade sindical e protecção do direito sindical; revogação de legislação que contrariava a convenção sobre direito de organização e negociação colectiva; reivindicação do direito de greve.

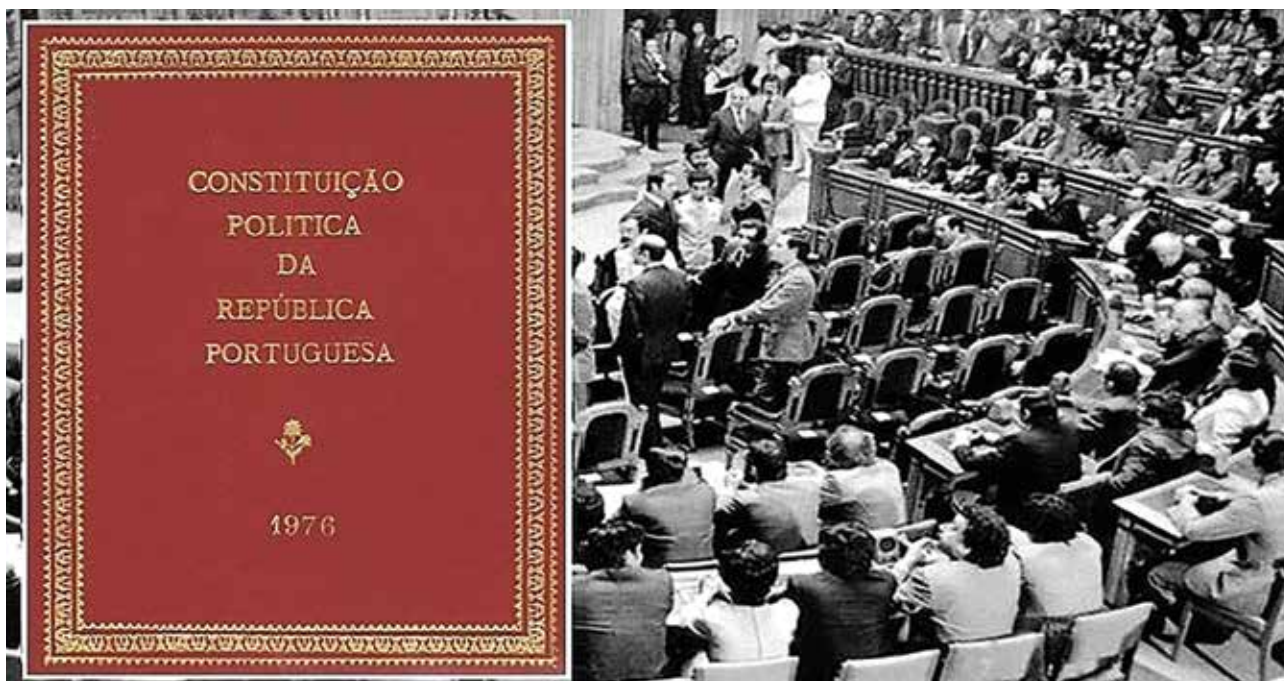
Aos êxitos registados no desenvolvimento do processo anticorporativo, respondeu o Governo com nova e mais violenta escalada repressiva: mais alterações legislativas, mais proibição de reuniões e assembleias gerais, repressão policial e intervenção directa na vida dos sindicatos.

Repressão que se agudizou com a prisão pela PIDE de dirigente sindicais em Junho de 71, no encerramento do sindicato dos metalúrgicos de Lisboa, dos sindicatos dos bancários de Lisboa e do Porto e nomeação das respectivas comissões administrativas. E, também, na criação da figura do Curador que aplicou, no imediato, à Ordem dos Médicos.

Em 26.07.71 o Governo proíbe formalmente as reuniões intersindicais, invocando que a sua comissão organizadora constituía a *"...base de um novo organismo, configurado como verdadeira confederação de trabalhadores"*. O Governo acabava assim por reconhecer que tinha sido criada no País uma organização sindical independente porque estranha à estrutura oficial do corporativismo.

Esta decisão não impediu que a Intersindical continuasse a funcionar em condições diferentes, havendo um relançamento significativo da actividade a partir de Setembro de 72 com expressão especial na participação no 1º. Congresso da Previdência Social, em Fevereiro de 1973, com a apresentação da "Tese dos Sindicatos". Ou ainda a reunião realizada em Abril para preparar o 1º. de Maio de 74.

Poder-se-à apontar como resultados mais significativos da acção da Intersindical no período marcelista e em pleno regime fascista: a conquista de importantes direitos laborais, através da contratação colectiva e sua articulação com a luta reivindicativa nas empresas; o desenvolvimento da acção sindical fundada em práticas de trabalho unitárias e democráticas, suportadas pela participação dos trabalhadores; o alargar da contestação social fruto da participação de milhares de trabalhadores na luta sindical; a dissimulação da "primavera marcelista", mostrada pela repressão violenta face à reclamação dos direitos laborais; o confronto directo com o corporativismo fascista e a subversão da organização corporativa do regime, designadamente por via da criação de uma estrutura com contornos de confederação sindical; o contributo na luta pela liberdade e democracia, quer pela natureza da acção e reivindicações sindicais, quer pela identificação com os objectivos políticos das forças anti-fascistas; a existência de um movimento sindical já organizado quando surgiu o 25 de Abril com a força e legitimidade para reclamar o feriado do 1º de Maio e organizar as comemorações; a formação de um escol de activistas sindicais que vieram a ter um papel importante no processo político subsequente ao 25 de Abril.



# NOS 48 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

António Filipe

**A** Constituição democrática de 1976 foi aprovada há 48 anos e apesar de sete revisões descaracterizadoras de alguns dos seus aspetos essenciais, continua a ser uma magna carta da democracia portuguesa pelo amplo conjunto de direitos económicos, sociais, políticos e culturais que consagra.

Em matéria de direitos, liberdades e garantias, consagra um vasto elenco de direitos, como o direito à vida e à integridade pessoal, a proibição da pena de morte, da tortura e de penas cruéis, infamantes ou desumanas; o direito à liberdade e à segurança; a liberdade de expressão e informação; a liberdade de consciência de religião e de culto; a liberdade de criação cultural; o direito de reunião, manifestação e associação; os direitos de participação na vida pública, incluindo os direitos de sufrágio, de acesso a cargos públicos, de petição e de acção popular; os direitos liberdades e garan-

tias dos trabalhadores, designadamente à segurança no emprego, à liberdade sindical e à greve.

Para além disso, a Constituição de 1976 consagra um amplo conjunto de direitos económicos, sociais e culturais: o direito ao trabalho, à segurança social, à saúde, à habitação, ao ambiente e qualidade de vida, à educação, à protecção na infância, na juventude, na deficiência, na terceira idade.

No plano político, foi adotado um sistema misto parlamentar-presidencial, no qual a legitimidade de um Presidente e de um Parlamento democraticamente eleitos concorrem para a efectivação da responsabilidade política dos governos. A autonomia das regiões autónomas, a afirmação do poder local democrático e a independência do poder judicial, constituem, entre outros, elementos identitários do regime democrático-constitucional de 1976.

Apesar dos sete processos de revisão constitucional em que alguns aspetos muito relevantes foram sendo eliminados ou descaracterizados, a Constituição de 1976 merece ser defendida.

Subsistem na Constituição, para além do preâmbulo original, os princípios do Estado de direito democrático baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no

respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

Subsistem nas relações internacionais os princípios da independência nacional, do respeito pelos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade. Subsiste a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

A Constituição continua a consagrar como tarefas fundamentais do Estado, garantir a independência nacional; os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de Direito Democrático; defender a democracia política e a participação democrática dos cidadãos; promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses.

Permanecem no plano político, o sufrágio universal, igual, directo, secreto e periódico e o reconhecimento do papel dos partidos políticos na organização e expressão da vontade popular, bem como a proporcionalidade do sistema eleitoral.

No plano dos direitos, está consagrado o princípio da igualdade entre os cidadãos, assim como um vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias: a inviolabilidade do direito à vida, à integridade moral e física das pessoas; a proibição total da tortura, dos tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanas; a liberdade pessoal e garantias de processo criminal; a liberdade de expressão e informação, a proibição da censura e liberdade de imprensa; as liberdades de consciência, religião e culto, de criação cultural, de aprender e ensinar, de reunião, manifestação e associação; o acesso à Justiça; o direito de participação na vida pública e de acesso a cargos públicos; os direitos de petição e de acção popular.

Permanece na Constituição um amplo elenco de direitos dos trabalhadores: Segurança no emprego; co-

missões de trabalhadores; liberdade sindical; contratação colectiva; direito à greve e proibição do lock-out; retribuição; organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de modo a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da actividade profissional com a vida familiar; higiene, segurança e saúde no trabalho; limite máximo da jornada de trabalho, descanso semanal e férias pagas; assistência material no desemprego; justa reparação em caso de acidente de trabalho; salário mínimo, e fixação de limites de duração do trabalho.

Permanecem os direitos sociais, à segurança social, à saúde, à habitação, ao ambiente e qualidade de vida, no apoio à maternidade e paternidade, apoio à infância, juventude, deficientes e terceira idade.

Permanecem os direitos culturais: educação, cultura e ciência; direito à igualdade de oportunidades no acesso e êxito escolares; gratuidade progressiva do acesso aos graus mais elevados de ensino; participação democrática no ensino; direito à fruição e criação cultural como incumbência do Estado; direito à cultura física e ao desporto.

Na organização económica, subsistem como princípios constitucionais, a subordinação do poder económico ao poder político democrático; a propriedade pública dos recursos naturais e de meios de produção, de acordo com o interesse colectivo; o planeamento democrático; a participação das organizações representativas dos trabalhadores na definição das medidas económicas e sociais; a correcção das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento através da política fiscal; a eliminação dos latifúndios.

Subsistem princípios fundamentais para a organização do Estado Democrático, como a independência dos tribunais e a autonomia do Ministério Público; a autonomia do poder local democrático; os princípios democráticos da organização da Administração Pública; os mecanismos de fiscalização da constitucionalidade das leis e a garantia da Constituição contra revisões avulsas.

Não admira por isso que a revisão da Constituição continue a ser um objetivo das forças reaccionárias. Apesar de contrariada na prática pelas políticas de direita prosseguidas pelo PS, pelo PSD e pelo CDS, a Constituição continua a ser uma barreira jurídica que se ergue em defesa dos direitos dos trabalhadores e das funções sociais do Estado e um obstáculo que se opõe à descaracterização da democracia que, hoje mais do que nunca, é preciso defender.





# FERROVIA, TAP, AEROPORTOS – A INDISPENSÁVEL ARTICULAÇÃO

Bruno Dias

**A** modernização das infraestruturas para a mobilidade e os transportes é uma condição decisiva para o desenvolvimento de um país. Quando temos em conta as opções para a qualificação do território, para a coesão e para o combate às assimetrias, há que le-

var a cabo estratégias de investimento que coloquem essa modernização das infraestruturas, não só como um objetivo em si próprio, mas desde logo como um fator de desenvolvimento das forças produtivas e de promoção do complexo industrial, científico, tecnológico, etc.

Apostar na ferrovia pode significar (e em vários países, significou efetivamente) apostar na indústria ferroviária e não apenas na compra de comboios e na contratação de empreitadas para construir linhas. Significa apostar na investigação e desenvolvimento, na produção nacional, em empresas nacionais – sendo que Portugal é um daqueles países em que a ex-



periência já demonstrou que as empresas estratégicas, as ferramentas fundamentais da economia, ou são públicas ou não serão nacionais (ou desaparecem pura e simplesmente).

A ferrovia tem de ser gerida como um todo e, assim como não há grandes rios que não tenham afluentes, também o caminho-de-ferro tem de ser gerido, planeado e pensado como uma rede e não por linhas isoladas.

E passamos ao nível seguinte quando o planeamento estratégico é digno desse nome e permite assegurar desde logo a articulação entre modos de transporte, nomeadamente com o sector portuário e (para o que mais nos interessa agora) o sector aéreo. Poderíamos falar dos debates que ao longo dos anos se tem alimentado a propósito dos vários aeroportos do continente, mas a questão coloca-se com particular relevância e atualidade em torno dos dois maiores projetos que continuam numa (interminável) encruzilhada: a ferrovia de alta velocidade e o Novo Aeroporto de Lisboa.

Relembremos: se a TAP tivesse ficado nas mãos de interesses privados, a TAP já não existia. E se o Governo quisesse impor o regresso ao caminho de privatização da TAP, então essas áreas de atividade – bem como a própria operação do transporte aéreo – pas-

sam a ser subordinadas à estratégia de quem a comprar. E já passámos vezes demais por essa experiência que condenou empresas nacionais à morte ou à irrelevância, da SOREFAME à CIMPOR, passando pela Marinha Mercante.

Os resultados da TAP S.A., 177 milhões de resultados líquidos em 2023, num momento em que é 100% pública, são os melhores de sempre da sua já longa história, e derrotam, mais uma vez, as teses instigadas pela direita e alimentadas pelo PS e pela comunicação social, durante anos a fio. Foram mais de 4000 milhões em vendas, grande parte no estrangeiro, e como tal contando para as exportações do país. A TAP tem futuro – mas vai ser fundamental defender a companhia, defender a gestão pública também no sector aeroportuário (ou seja, enfrentar os interesses da todopoderosa multinacional francesa VINCI) e defender uma estratégia de desenvolvimento nacional, desde logo no planeamento dos investimentos públicos.

A importância de uma companhia aérea de bandeira como a TAP para a economia portuguesa, para a ligação às comunidades portuguesas, para a ligação entre os territórios nacionais, está mais do que demonstrada. E é evidente a importância de um novo aeroporto que permita o funcionamento mais eficien-



te e mais amplo de uma base operacional de conectividade aérea entre diversos países e continentes que já hoje a TAP proporciona. Mas ainda mais do que isso: a experiência demonstra que foi e é possível desenvolver capacidades na criação de riqueza, para além da atividade do transporte aéreo (o que só por si já é muito). Incluímos assim áreas como a manutenção e engenharia, o catering, os múltiplos serviços associados à aviação civil.

Aqui coloca-se a incontornável necessidade de ligar o Aeroporto Internacional de Lisboa à rede ferroviária nacional. O facto do atual Aeroporto não possuir essa ligação é uma das razões que há 50 anos justifica a necessidade de o realocar. Para o resto do país, a falta da ligação ferroviária ao Aeroporto Internacional de Lisboa dificulta, quer a mobilidade dos portugueses, quer a receção de turismo dirigido a essas regiões.

A segunda questão que importa considerar tem também a ver com a chamada fase 6 da obra da linha Porto/Lisboa, no troço entre o Carregado e Lisboa. Tal como está hoje desenhada, essa é a única parte da linha onde a infraestrutura será a mesma que a da atual Linha do Norte – precisamente onde é maior a taxa de ocupação da infraestrutura, e onde o serviço

ferroviário já hoje é insuficiente, particularmente o serviço suburbano à Azambuja.

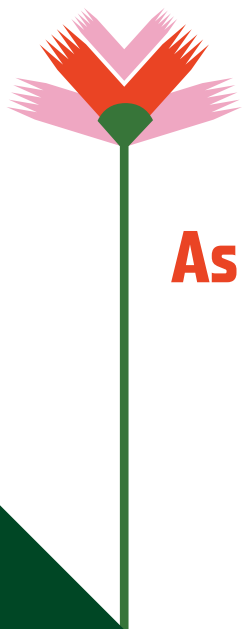
A solução para os dois problemas identificados é a mesma: adotar um traçado que (do Carregado para Lisboa) se situe na margem esquerda do Tejo, fazendo a linha de alta velocidade seguir daí para sul, até ao Novo Aeroporto de Lisboa nos terrenos públicos do atual Campo de Tiro de Alcochete, e entrar em Lisboa através da Terceira Travessia do Tejo entre o Barreiro e Lisboa.

Esta solução permitiria uma Linha de Alta Velocidade sem os constrangimentos que o atual projeto tem nos últimos 31 quilómetros, com a infraestrutura a ficar integrada na infraestrutura aeroportuária, permitindo ligações diretas por comboio para o Aeroporto a partir de todo o país, sem precisar de passar por Lisboa. Por outro lado, esta solução permitiria aumentar a oferta na Linha da Azambuja, mesmo sem quadruplicar a via em Vila Franca de Xira (como o atual projeto prevê com impactos inaceitáveis sobre a cidade e a população).

Por último, esta solução implica igualmente que se avance, finalmente, com a construção da Terceira Travessia do Tejo em modo rodoferroviário, uma infraestrutura essencial para a rede ferroviária nacional (e que está nesses termos identificada, e bem, na atual proposta de Plano Ferroviário Nacional) quer para as ligações internacionais, nomeadamente a Madrid, quer para as ligações nacionais Norte/Sul, quer para a rede Metropolitana de Lisboa, particularmente no distrito de Setúbal.

Em suma, o investimento na ferrovia é uma oportunidade: ou é uma oportunidade para o desenvolvimento integrado do território, da economia, da qualidade de vida... ou é uma oportunidade (apenas) para conglomerados privados transnacionais, grupos económicos e financeiros que tenham o negócio na mão. É essa, na prática, a opção que está em causa quando se define o modelo estratégico de gestão na concretização destes projetos: se o caminho for o das privatizações, ou das famosas parcerias público-privado, já sabemos que interesses falam mais alto.

Se, de outra forma, a opção for uma estratégia integrada e coordenada de investimento público de qualidade, de concretização faseada e articulada entre projetos e modos de transporte, em que o interesse público seja o critério e a gestão pública seja o método, então pode haver condições para que as coisas corram bem. Mas essas páginas ainda estão por escrever.



# Associação Conquistas da Revolução

Defender Abril • Construir o Futuro



[www.conquistasdarevolucao.blogspot.com](http://www.conquistasdarevolucao.blogspot.com)